

ATA DA 732ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2022.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e cinco de abril do ano dois mil e vinte e dois, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e cinquenta e sete Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente:	José Manssur
Vice-Presidente:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Primeiro Secretário:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Segunda Secretária:	Maria Emília Alves Rocha dos Santos
Terceira Secretária	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Havendo quórum regimental, declarou instalada a reunião. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros (letra e música do saudoso Associado Francisco Roberto Pignatari).

- É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros

Presidente – Antes de ingressar no Expediente, lembrou que a lista de presença seria encerrada às 20:30 horas e comentou sobre a implantação de aparelho para aperfeiçoamento da votação simbólica, conforme se comprometera na reunião anterior.

4) EXPEDIENTE SOLENE

Presidente - Informou que no último dia 19, o Associado Marcos Patrick Byington renunciou ao cargo de Conselheiro, por motivo de ordem profissional. Assim, na forma do disposto no §2º, do Art. 24, do Regimento para Eleição Parcial do Conselho Deliberativo, empossou no cargo de Conselheiro Paulo Sergio Machado Izar, primeiro Suplente do Grupo B pela Chapa Participação Viva, pelo tempo remanescente do mandato do renunciante, até maio de 2024.

5) EXPEDIENTE FORMAL

Presidente – Manifestou-se dizendo o seguinte: “Senhores Conselheiros. Já lhes falei a respeito do aparelho de votação e o teste deste aparelho nós o faremos na hora da votação da Ata, já com as incorporações das bem lançadas observações para incorporação na Ata, mas faremos o teste: número 1 sim; número 2 não e número 3 abstenção. Nós faremos esta votação, é um aperfeiçoamento da votação simbólica. Na votação simbólica que se divide na configuração física de permanecer sentado ou levantar-se e também na espécie nominal, onde se declina o voto da Sra. Conselheira e do Sr. Conselheiro e ele responde ao quesito. Nesta ele votará eletronicamente e nesta tela serão projetados os honrados nomes dos que votaram de uma forma ou de outra. Por favor, ao retirar-se e ao término da reunião eu pediria que os senhores devolvessem o aparelho, que hoje é locado, mas que antes do término da legislatura empenhar-me-ei na aquisição definitiva, mas

sempre com assessoria do seu Felipe a respeito desta matéria. (Pausa) O Vice-Presidente lembra bem, após o teclado 1, 2 ou abstenção o OK, que é a confirmação do voto, por favor.". Prosseguindo, submeteu ao Plenário, que aprovou as seguintes proposições: votos de louvor: 1) de iniciativa da Presidência, à Emérita Professora de Medicina da Universidade de São Paulo, Doutora Angelita Habr Gama, Associada Veterana, referência mundial em sua especialidade e que foi considerada pela renomada Universidade de Stanford, nos EUA, uma das senhoras que mais contribuíram para evolução da medicina no mundo e pela arte da médica, da especialidade que domina e que inovou em tratamento cirúrgico relevante de importante patologia; 2) de autoria Conselheira Maria Angélica Leite de Souza e do Conselheiro Luiz Eduardo Fernandes, ao Associado Carlos Roberto Pinto Monteiro, que no último dia 04 de abril foi empossado no cargo de Presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB; 3) propostos pelo Conselheiro Luís Alberto Figueiredo de Sousa, às Associadas Fernanda Tonissi, de 15 anos de idade e Helena Mascaro Paciello Laurino, de 10 anos de idade, pelo desempenho atingido nas competições de SKATE, modalidade que passou a ser esporte olímpico, as quais, considerando a idade de ambas e o ciclo olímpico vigente, têm grandes possibilidades de representar o Brasil nas próximas Olimpíadas, já que ocupam a 2ª e 4ª posições no ranking feminino geral, que contempla todas as idades; extensivos a seus pais, a Associada Claudia Tonissi e o Conselheiro Heitor Ferreira Tonissi e a Associada Vanessa Mascaro Paciello e o Associado Cristiano Frota Souza Laurino, respectivamente; 4) de iniciativa da Mesa do Conselho, por solicitação do Associado Rodrigo Froes Coelho, endossada pelo Presidente da Diretoria, Dr. Ivan Castaldi Filho, às seguintes pessoas que assistiram referido associado, no evento ocorrido em frente à Portaria do Boliche, no dia 15/10/2021: Henrique Frota Paschoa - Diretor Adjunto de Segurança, Florisbela Nogueira de Miranda - Atendente de Portaria, Thatiana Mendes Pregolini - Atleta Militante, Alexandre Freire de Oliveira - Prestador de serviço da empresa Medical Fire e Giulio Cesare Lopes Ferriello - Prestador de serviço desta mesma empresa; 5) proposto pelo Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório, ao associado Carlos Arnaldo Borges de Souza, pela sua reeleição como Presidente da ANCORD – Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias, destacando que na sua gestão anterior foram ampliados os papéis de Certificadora e Credenciadora, da entidade, gerando crescimento e capacitação aos profissionais do mercado; 6) de autoria da Conselheira Maria Angélica Leite de Souza e o Conselheiro Luiz Eduardo Fernandes - que o Sr. Presidente pediu licença para estender a todas as Conselheiras e a todos os Conselheiros, porquanto esta seria a última reunião deliberativa da atual legislatura - endereçado ao Conselheiro Marcelo Ferraz de Sampaio, que ao anunciar o fim de sua trajetória no Conselho, porque não mais participará das eleições, pela relevante contribuição durante o seu mandato.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva – Pediu licença para, em nome da Casa, propor voto de pesar pelo falecimento da esposa do Sr. Presidente, a Associada Lucila Regina Cimino Manssur. Aprovado.

Presidente – Agradeceu, sensibilizado. Prosseguiu, apresentando ao Plenário voto de pronto restabelecimento proposto pelo Conselheiro Efetivo Alberto Fasanaro, ao Conselheiro Efetivo Luís Eduardo Dutra Rodrigues, que está se recuperando de uma intervenção cirúrgica. Em seguida, submeteu ao Conselho votos de pesar pelos seguintes falecimentos ocorridos recentemente, a saber: Associado Doutor Dalmo de Abreu Dallari, Professor emérito da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, faculdade pela qual se formou e da qual foi Diretor, paladino na defesa dos direitos humanos durante um período difícil da nacionalidade; Associada Veterana Maria Cecília Senise Geretto, viúva do ex-Conselheiro e ex-Diretor Pedro Geretto e mãe do Conselheiro Marco Antonio Senise Geretto; Associado Antonio Benedito Pinto, carinhosamente conhecido por "Benê", neste

caso por proposta do Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório; Associada Fernanda Helena Nacarato Grabenwerger, filha da saudosa Conselheira Anna Rocha Lima Nacarato e do saudoso Conselheiro Rubens de Toledo Nacarato; Sra. Terezinha do Carmo Cardia, irmã do saudoso Vice-Presidente do Conselho, Dr. Luiz Delfino de Andrade Cardia e tia do Conselheiro Luiz Eduardo do Amaral Cardia. Na sequência, assim se pronunciou: “E com a licença de todos os senhores (Emociona-se) eu venho expressar um voto de pesar pelo falecimento de minha esposa, Lucila Regina Cimino Manssur, ocorrido no último dia 19 de abril – Seis dias atrás, no dia seguinte à nossa última reunião – às 21:00 horas. Eu não poderia deixar de comparecer a esta reunião, estou em condições de ocupar e compartilhar com os senhores a direção destes trabalhos, senão estivesse não viria. Os senhores, por favor, se conduzam como sempre se conduziram, indagando, perguntando, questionando, quem está aqui é um irmão dos senhores. Os senhores já faziam parte da minha família, agora os senhores a integram *ex corde*, de todo coração. A Missa de Sétimo Dia, aos que puderem, será às 10:00 horas da manhã, quarta-feira, na Igreja São José, no Jardim Europa.”

José Roberto Coutinho de Arruda – Propôs um minuto de silêncio em homenagem à Associada Lucila Regina Cimino Manssur, o que foi observado em seguida.

Primeiro Secretário – Informou que a Diretoria enviou cartas, que estão à disposição para consulta na Secretaria, comunicando alterações em sua composição até maio de 2023; e, que, em razão das alterações havidas, ficou assim constituída: Diretoria de Área Administrativa - João Luís Gagliardi Palermo, Diretoria de Área Jurídica - José Luiz Toloza Oliveira Costa, Diretoria de Área Financeira - Gervásio Angelo Teixeira, Diretoria de Área Cultural - Vera Maria Patriani Marinho Gozzo, Diretoria de Área Social - Raul Leite Mota Silva, Diretoria de Área de Comunicação - Ana Paula Adami Serine, Diretoria de Área de Marketing - Roque Antonio Horta de Ferreira Mendes, Diretoria de Área de Operações - Dante Boccuto Junior, Diretoria de Área de Esportes Coletivos - Fábio Prado Ferraro, Diretoria de Área de Esportes Individuais e Aquáticos - Marcos Macedo Maynard Araújo, Diretoria de Área de Relações Esportivas e Assessoria de Planejamento - Ney Roberto Caminha David, Diretoria de Área de Relações Sociais - Ricardo Luís Sacardo, Diretoria de Área de Patrimônio - Gerson Aguiar de Brito Vianna, Diretoria de Área de Suprimentos - Thiago Lopes Côrte Real e Diretoria de Área de Restaurantes - André Novaes Patury Monteiro.

Rodrigo Ferreira Lara – Propôs votos de louvor para as equipes, comissão técnica e todos os pais e mães do Polo Aquático, tendo em vista a conquista de Medalha de Bronze pela equipe Feminina e do 8º Lugar pela equipe Masculina, no Campeonato Brasileiro Sub 14 de Polo Aquático, expressando gratidão a Mélani Palaro Dias e a losse Gonzales Alonso, em nome de quem cumprimentou toda a nossa comissão técnica, pela competência, dedicação, carinho e energia, inclusive para administrarem os 24 adolescentes durante seis dias e leva-los ao pódio. Parabenizou os atletas e seus pais e mães, comprometidos com o desenvolvimento dos valores do esporte, sem os quais nada disso acontece. No Masculino parabenizou Nicholas Cappellano, Joaquim Ramos, Henrique Haag, Luca Boratini, Pedro Baran, Mathias Storer, Mateu Creazo, Thomas Atanásio, Guilherme Coelho, Rafael Inheli, Felipe Lara, Nicholas Loma e Peter Niemeyer; e, no Feminino: Ana Luísa, Laila Barros, Luana Oliveira, Clara Possato, Maria Otávia, Lara Camargo, Rebeca Niemeyer, Nicole Arena, Catarina Escobar, Helena Lara e Mariana Gomes. Destacou que Nicole Arena foi eleita a Jogadora Revelação no Campeonato. Votos aprovados.

Antonio Moreno Neto – Reiterou o voto de pesar consignado e prestou homenagem póstuma a Sra. Lucila Regina Cimino Manssur, dizendo o seguinte: “não poderia deixar de citar a nossa querida Lucila Manssur, como já tivemos o privilégio de ter um minuto de silêncio. Ela fez faculdade de direito contigo, fez vestibular em 68, se formaram em 72 e teve o casamento em 12/73. Ela foi associada há mais de 60 anos. Deixou dois filhos, José Francisco e José Frederico, as netas Maria Eduarda, Maria Luísa e Mila. A Lucila sempre foi uma pessoa de personalidade forte, sempre acompanhou, organizou as festas e sempre estava pronta para ajudar, apesar das dificuldades particulares que ela tinha. Então, gostaria de registrar aqui esse voto de pesar para ela, que nós todos ficamos entristecidos.” Prosseguindo, propôs voto de pesar pelo recente falecimento da Associda dona Eliza Gemma Finotto Mendes, mãe do ex-Conselheiro Marcelo Amarante Mendes Junior, ex-Presidente da Comissão de Obras. Em seguida, propôs voto de louvor e falou em homenagem ao Presidente José Manssur, assim se manifestando: “E o voto de louvor, Presidente, como hoje é a última Assembleia que o senhor dirige junto com esta Mesa espetacular, é para a Mesa e para o senhor, que foi Presidente do Conselho de 2010 a 2016 e o atual mandato começado em novembro de 2020 até maio de 2022, um ano e meio, que foi reduzido devido à pandemia. Presidente, a sua competência, a sua ação democrática, sempre atendendo com educação todos os Conselheiros, sejam eles de que natureza política, partido, sempre deixando falar até altas horas às vezes, mas nós temos que reconhecer que o senhor administrou sempre com muita competência este Conselho. Num momento difícil, onde tivemos essa pandemia, normalmente nós todos não sabíamos como ia acabar e o senhor junto com a Mesa, que sempre cito, sempre foi um líder que conseguiu ultrapassar todas essas barreiras. Não deixou nenhum assunto pendente no Conselho, que tinham vários assuntos pendentes, o senhor foi, trouxe ao Conselho. Muitas pessoas sempre reclamam, que nas últimas sete segundas-feiras nós tivemos seis reuniões do Conselho, mas foi bom para o Esporte Clube Pinheiros. Então, gostaria, Presidente Manssur, e o Esporte Clube Pinheiros agradece e deve ao senhor pelo seu trabalho intenso durante todos estes anos. E peço ao Conselho, em homenagem ao Manssur, uma salva de palmas. Muito obrigado.”

- O Plenário, em pé, aplaude o Sr. Presidente.

Presidente – Agradeceu, dizendo: “Com as senhoras e com os senhores cumprimos a nossa obrigação. O Apóstolo Paulo já dizia: “Chegamos ao fim da jornada, terminei a corrida”, eu vou adaptar à nossa Casa Magistral: Cumprimos a missão, criam todas as senhoras e todos os senhores, jamais perdi, jamais perderei a fé nos valores que distingo, mais do que princípios, jamais perdi a fé nos valores de cada uma das senhoras e de cada um dos senhores, o Esporte Clube Pinheiros se honra muito deste Plenário Augusto. Os senhores fizeram, as senhoras também, ao longo deste tempo, tem muito mais ainda a fazer, merece permanecer e permanecerá nos anais desta Casa. Haverá um dia que o historiador do Esporte Clube Pinheiros e de seu Conselho Deliberativo se dedicará a escrever a respeito da história destes tempos. Tenho certeza que o nome de cada uma das senhoras, de cada um dos senhores estará grafado com letras de ouro, como letras em bronze e aço, que não se apagam e permanecem indelévels. Foi uma honra poder estar ao lado das senhoras e dos senhores neste período que muito me honrou e jamais esquecerei. Muito obrigado.”

Presidente – Antes de conceder a palavra ao Conselheiro Luzi Guilherme Laraya Kawall, refriu que “O avô do Dr. Guilherme foi um dos quatro que com seus próprios recursos

adquiriu o solo sagrado onde nós sentamos, que é o Dr. Guilherme Kawall, junto com Hans Nobiling e mais dois outros ilustres associados, cujos nomes me faltam, mas o nome do Dr. Guilherme Kawall, seu avô, eu tenho sempre presente. É uma honra ouvir o neto de um dos fundadores desta Instituição Modelar.”

Luis Guilherme Laraya Kawall – Agradeceu. Iniciou seu pronunciamento prestando homenagem a Sra. Lucila Cimino Manssur: “O meu voto de pesar na verdade à Dra. Lucila é uma homenagem ao momento que tive o privilégio de compartilhar com ela. Acredito que foi em torno de 10 anos atrás nas eleições para o Conselho do Clube Pinheiros e Dr. Manssur ainda era candidato, ainda não tinha se tornado Presidente do Conselho. Era uma tarde muito quente, todos vocês sabem, que já passaram por isso, uma tarde muito quente e as pessoas todas trabalhando, pedindo votos. A gente estava naquele corredor polonês e quem é que estava lá, dona Lucila. Ela já tinha sido fragilizada acredito por um AVC, apoiada numa bengala, na outra mão distribuindo santinhos, pedindo votos para o seu marido. Muito quente, todo mundo bebendo água, me aproximei da dona Lucila, ela sozinha lá, muito frágil, falei: dona Lucila, aqui está uma garrafa de água para a senhora. Ela falou: Não quero, muito obrigada. Voltei, continuei trabalhando, já eram umas 3h30 da tarde, muito quente, as pessoas tomando água, tomando água, tomando água, voltei lá com a garrafa de água, falei: dona Lucila, aceita, por favor, toma uma garrafa de água e ela falou assim: Kawall, agradeço, mas não posso. Por quê? Por causa da minha limitação física, se beber água e precisar ir ao banheiro, o banheiro é muito longe daqui, vou levar muito tempo para ir lá, voltar e vou perder muitos candidatos e essa eleição é muito importante para o meu marido. Ela ficou lá, desidratada talvez, não sei, mas trabalhando, se dedicando. Então, isso que queria mostrar a vocês, assim, foi um prazer ter convivido, ter tido o privilégio de viver isso e ver a resiliência dessa mulher, a força, a garra que ela tem. Era isso que queria partilhar, porque para mim foi um momento muito especial. A minha homenagem é essa, é lembrar desse momento especial. ... Muito obrigado.”

Presidente – Muito obrigado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Também se manifestou em homenagem ao Presidente José Manssur, dizendo: “Fazer um voto de louvor, Dr. Manssur, normalmente é em cima de conquistas esportivas, é um reconhecimento de bravura, é um reconhecimento de superação e queria fazer um complemento aqui ao voto de louvor feito pelo nosso Presidente Toni Moreno, mas não sei se o voto de louvor do jeito que pensei, Dr. Manssur, é a palavra correta, porque queria homenagear uma pessoa que não mediu esforços e carregou todos os pesos de sofrimento sem deixar de atender a sua visão de missão dentro do Clube. Queria fazer um voto de louvor a uma pessoa que no momento mais delicado de sua vida não deixou de dar atenção. Queria fazer um voto que acho que não é de louvor, é um voto de coragem, é um voto de reconhecimento de amor, dedicação e competência. Acho que não preciso declinar o nome da pessoa com quem estou fazendo esse voto, mas gostaria que o senhor o recebesse como um voto feito do coração e que não encontra palavras no nosso Estatuto, não sei se é louvor, superação, coragem, mas talvez uma palavra que consiga resumir tudo isso e que não consigo alcançar no dicionário. E por isso gostaria de deixar esse voto a sua pessoa.”

Presidente – Agradeceu.

Guilherme Domingues de Castro Reis – Pronunciou-se dizendo o seguinte: “Tenho certeza que para nós seus ensinamentos, suas lições ficarão sempre em nossa memória. Meu muito obrigado. Gostaria também de fazer um agradecimento aos demais Membros da Mesa, Ricardo, Karim, Mila, e dizer que foi uma honra podermos sentarmos juntos durante esse mandato. Por fim, Presidente, me permita fazer um agradecimento a todos as Sras. e Srs. Conselheiros do Esporte Clube Pinheiros pela parceria, pela colaboração e pela confiança que deram a esta Mesa do Conselho Deliberativo. Foi um período de muito trabalho, bons debates e eu só poderia, em nome da Mesa do Conselho Deliberativo, agradecer a todos os senhores. Muito obrigado, Presidente.”

Presidente – Respondeu: “Eu é que agradeço e volto a dizer, a gestão compartilhada rende os frutos que os senhores puderam e devem aqui avaliar. Nós nos dedicamos no melhor dos propósitos. Erramos, claro, com reconhecimento público quando necessário. Procuramos acertar, mas, acima de tudo tínhamos em mente servir, verbo que deve ser conjugado sempre da forma transitiva direta e jamais na forma passiva. Conjugarmos o verbo servir desta forma incumbe a todos aqueles em quaisquer posições que se encontrem e que tenham como vocação dirigir ou participar de trabalhos. Servir é a melhor e a única vantagem do episódico exercício “de um poder”. O poder que permite servir, ele não é simples poder, ele é compartilhamento de amizade, de respeito e de admiração. Agradeço a todos os senhores, porque os senhores é que me ensinaram muitas coisas que pude trazer a esta Casa. Muito obrigado.”

Regina Helena Secaf – Referiu-se a Sra. Lucila Regina Cimino Manssur, lembrando “daquela torcedora que o Oscar sempre ficava muito feliz em encontrar,”. Na sequência, propôs dois votos de louvor. O primeiro, ao técnico de Natação, Tiago Moreno, que completou 25 anos de Clube, hoje na equipe principal, e, o segundo, aos funcionários do Conselho, agradecendo-os pela boa vontade, sempre de sorriso no rosto, sempre solícitos. Votos aprovados.

Presidente – Agradecendo a oradora, destacando que os funcionários Maria de Lourdes, Lilian, Telma, Jorge e Marcelo são fundamentais e imprescindíveis. Em seguida, apresentou ao Plenário propostas do Conselheiro Luiz Eduardo do Amaral Cardia, a primeira, manifestando pesar pelo falecimento do Professor Dalmo de Abreu Dallari, e, a segunda, propondo voto de louvor ao associado Rodrigo Garcia, que recentemente assumiu o honroso cargo de Governador do Estado de São Paulo. Votos aprovados.

6) ORDEM DO DIA

Item 1 - **Apreciação da Ata da 731ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 18 de abril de 2022.**

Presidente – Anunciou que neste item da Ordem do Dia o Plenário utilizaria o aparelho eletrônico de votar (keypad), desde logo esclarecendo sobre o seu funcionamento. Apresentou ao Plenário pedido de retificação formulado pelo Conselheiro Felipe de Andreas Gomes, para constar, na página 34, que o encaminhamento (pela ordem) do Senhor Conselheiro Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano foi submetido ao plenário e aprovado por unanimidade; bem como retificação de ordem redacional apresentada pela Conselheira Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre, de ordem redacional, em seu pronunciamento na página 21 da Ata. Considerando o resultado da votação: 122 SIM; 9 NÃO e 10 ABSTENÇÕES, totalizando 141 votantes, declarou a Ata aprovada, com as retificações supra.

Carlos Edmundo Miller Neto – Fez a seguinte observação: É um ponto que é importante. Primeiro, vejo aqui que temos a identificação do voto de cada um dos Conselheiros e essa identificação deveria apenas existir no caso do voto nominal. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, eu noto aqui alguns participantes que vão votar hoje na matéria da Ordem do Dia e estariam impedidos de votar e cujo nome aparece aqui também.

Presidente – Respondeu: No momento oportuno, vamos com calma, no momento oportuno o senhor terá os impedimentos, que, aliás, eu venho fazendo impedimentos há duas reuniões seguidas. No momento oportuno o senhor terá conhecimento dos impedimentos.

Prosseguimento:

Carlos Edmundo Miller Neto – Mas fica aqui o registro tanto da identificação do voto e quanto a este outro assunto.

Presidente – Eu vou colocar para o senhor com muita honra. ... Isso foi um objeto de estudo, Engenheiro Miller, e é uma boa pergunta, que é a seguinte: As votações são de duas espécies – O senhor pode-se sentar, é uma honra.

Carlos Edmundo Miller Neto – Agradeço, Dr. Manssur.

Presidente – Duas espécies: a ostensiva e a secreta. A secreta é a que os senhores – Estamos todos convidados para o dia 7 de maio – será secreta. Como será secreta do dia 30, que é eleição da Mesa, das Comissões Permanentes e da Comissão Processante de Julgamento, esse é o voto secreto. A outra modalidade é o voto ostensivo – Quando nós redigimos este Regimento seguimos um pouco, não vamos criar do nada, o Regimento do Congresso Nacional, está aí um grande Parlamentar – Ostensivo e secreto. Ostensivo se divide em duas espécies, o simbólico, que lá é por levantar as mãos, como foi na ONU recentemente num assunto de interesse mundial, os senhores viram que os embaixadores levantavam a mão. Aqui é o de se levantar ou de se assentar. Ao se levantar ou ao se assentar eu estou identificando o seu voto, então, não há surpresa alguma aqui. Mas vamos supor que uma ilustre Conselheira ou um ilustre Conselheiro solicite a votação nominal, que é uma das modalidades da ostensiva. Como que ela se processa? É declinação do nome de cada uma das honradas Conselheiras e dos honrados Conselheiros que dirão sim ou não. E eu estou a identificar o voto. Como diz uma emérita e notável Ministra do Supremo Tribunal Federal: A transparência, os atos públicos, os representantes de um determinado Poder têm que naquilo que for possível e que não for vedado, que aparecer e se fazer presente e que se tornarem conhecidos. Por isso que esta modalidade verificação de votação - em nada inova, porque no se assentar ou no se levantar eu estou identificando. Não irá para a Ata, é para mera conferência – Como fez o Presidente de sempre, Dr. Collet. Não vai para a Ata, é apenas por uma mera conferência. E nem precisa, para as senhoras e para os senhores a conferência para mim, vai em latim, é *ictu oculi*, é olhando para os senhores, porque os vejo com essa dignidade que os caracteriza. Ah, doutor, quero confirmar. Perfeito, vamos confirmar que tem 141. São essa as singelíssimas considerações que faço em homenagem a um Conselheiro por quem tenho tanta estima e tanto respeito. Muito obrigado.

Rodrigo Ferreira Lara – Dr. Manssur, só a título de aprendizado. ... para nós também aprendermos o sistema. Muito bom, parabéns pela lhanza. Só uma dúvida: Aquele quadro mostra todos os Conselheiros, inclusive os que se licenciaram, é uma lista completa, é isso?

Presidente – Só os convocados, só os que tiveram direito a voto.

Rodrigo Ferreira Lara – Então, de novo, a título de aprendizado e para informação de todos que estão aprendendo o sistema, por exemplo, o Conselheiro Jonas Novaes está em reunião de Sindicância, pediu licença acho que há mais de uma semana. Então, no caso ele não consta na lista ali, é isso?

Presidente – Não.

Rodrigo Ferreira Lara – Aí ok. Por exemplo, o Marcelo Liberado teve um imprevisto e não veio, então, nesse caso é ausência, aí consta na lista, mas não vota, é isso?

Presidente – Dona Maria de Lourdes está me dizendo aqui que eles justificaram.

Rodrigo Ferreira Lara – Mas aí aparece na lista aqui?

Presidente – Não apareceu.

Rodrigo Ferreira Lara – Ou seja, só entra na lista aqui quem assinou e está presente no Plenário?

Presidente – Ele não recebeu o aparelho de votar e na hora das contas eu vou fazer um rol de quem não pode votar.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – E se não apertar nada?

Presidente – Se o Professor André não apertar nada? (Pausa) O quadro vai ficar escuro.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – Como a gente já viu a história dos pianistas, alguém pode ir embora e deixar seu controle com alguém, qual é a regra para evitar esse possível problema?

Presidente – Eu já sei, é a mesma coisa que o senhor entregar o cartão de crédito. ... Aí não temos esse controle. Aqui eu nem vou cogitar dessa hipótese.

Marco Antonio Herculano da Silva Siciliano – Mas a sugestão é que quando a pessoa se retirar devolver.

Presidente – Vai devolver, ...

Celso Luiz Borrelli – Boa noite. A título de esclarecimento. Em verde eram os que votaram 1, sim; em azul eram os que votaram não.

Técnico da Plataforma – O vermelho para não e o azul para abstenção.

Celso Luiz Borrelli – E o preto que apareceu?

Presidente – Os ausentes.

Celso Luiz Borrelli – Mas tem um número, ele recebeu isso e não votou?

Presidente – Ele não recebeu.

Celso Luiz Borrelli – Porque tinha número.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva – Dr. Manssur, o Felipe não pode pegar o microfone e explicar?

Presidente – Ele não votou.

Celso Luiz Borrelli – Eu sei, mas ele recebeu isso ou não veio, isso que quero saber.

Presidente – Todos os convocados, Dr. Borrelli, tem um número.

Celso Luiz Borrelli – Ele não votou?

Presidente – Não votou.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva (questão de ordem) – Dr. Manssur, uma questão de ordem. Não pode dar o microfone para o rapaz nos dar esses esclarecimentos?

Técnico da Plataforma – No caso todos os Conselheiros convocados estão pré-cadastrados numa numeração de aparelho, não necessariamente ele tenha vindo à reunião hoje. Então, assim, eu preciso cadastrar todos para, na hora da assinatura, eu vou entregar o correto. Então, aqui todos estão cadastrados.

Celso Luiz Borrelli – O preto está ausente ou não votou?

Felipe – Isso, perfeito.

Celso Luiz Borrelli – Obrigado.

Item 2 - Apreciação do processo CD-10/2022, referente ao Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2021.

Presidente – Esse relatório está acompanhado das contas da gestão, com os pareceres do Egrégio Conselho Fiscal, da Auditoria Independente Externa, bem como dos densos pareceres emitidos por todas as ilustres Comissões Processantes Permanentes. Este Relatório, em breve síntese, estive analisando, ele contempla as metas realizadas, à luz do Plano de Ação do exercício de 2021. Demais disso, o Relatório apresenta o resultado econômico-financeiro, acompanhado das Notas Explicativas da Diretoria, que os senhores podem encontrar às fls 99/131, bem como o Balanço, peças que expressam o movimento patrimonial e financeiro da Associação, retratado no Parecer dos Auditores Independentes Externos, este parecer está às fls, Dr. Collet, 132/134 verso, cujo trabalho, como afirmado, se conduziu de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, e às fls 135, Dr. Luís, o senhor vai encontrar o Parecer do Egrégio Conselho Fiscal. E não notei, porque não há qualquer ênfase ou ressalva em quaisquer das peças, Dr. Jorge, não há ênfase nem ressalva.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (fora do microfone) – Há uma ênfase, Dr. Manssur, no parecer do auditor.

Presidente – Perfeito. Impende salientar que a Diretoria, no dia 22 de abril passado, sexta-feira – Eu me encontrava aqui, recebi – enviou à Presidência do Conselho Deliberativo Ofício no qual recomenda, quanto à destinação do resultado contábil do exercício de 2021, que se encontra às fls 65 – na parte identificada como Capital de Giro – custeio, no valor de R\$7.784,691,00, e diz que serão destinados exclusivamente a desenvolvimento esportivo a quantia de R\$2.400.000,00 para o atendimento das solicitações das diferentes modalidades esportivas a critério das Diretorias de Área de Esportes Coletivos e de Esportes Individuais e aquáticos. Digo eu: Se aprovadas as contas apresentadas eu convolo esta recomendação, com base até num precedente recente, até por proposta de um Presidente Emérito, eu recepciono esta recomendação como complemento volitivo de vontade, Sr. Presidente, eu vou receber, se aprovada, como complemento obrigacional desta missiva que o senhor me endereçou para que ela seja observada quando da Proposta Orçamentária, como o senhor disse, de 2022, para destinação única e exclusivamente às finalidades esportivas que é a gênese de nossa Instituição, para efetivo cumprimento na linha deste precedente. Portanto, esta recomendação será convolada em determinação para expresso cumprimento deste valor apontado. Recebi também uma carta do Sr. Presidente, solicitando que se utilizasse no início da palavra para poder melhor elucidar os senhores com relação a esses esclarecimentos. Este pleito de V. Sa., Sr. Presidente, é regimental, com a devida vênia eu o acolho e confiro a palavra ao senhor ou a quem o senhor indicar para que faça apresentação e, por favor, explicita também esta recomendação, principalmente com relação ao valor remanescente, porque de R\$7 se está utilizando R\$2, há um remanescente que eu também, e todas e todos gostaríamos de saber qual a destinação deste valor que sobejou. Vossa Senhoria está com a palavra, Sr. Presidente.

Presidente da Diretoria, Ivan Gilberto Castaldi Filho - Pediria que o Diretor Guto prestasse os esclarecimentos.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – ... Dr. Manssur, não poderia deixar de fazer um comentário antes da apresentação da peça orçamentária, de agradecimento de toda Área Financeira, bem como acredito também da Diretoria ao nosso Diretor Adjunto José Luiz Fernandes, que faleceu no transcorrer do ano de 2021, uma doença infelizmente bastante grave, que em nenhum momento deixou de colaborar com a nossa Área, até os últimos momentos dele estava sempre presente em nossa Tesouraria assinando todos os documentos necessários para o bom andamento dos trabalhos. Por isso gostaria de deixar essa mensagem de agradecimento ao José Luiz Fernandes.

Presidente – Está anotado e transmitiremos à família. Muito obrigado.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – ... **(utilizando a exibição de slides)** Então, vamos iniciar nossa prestação de contas. Procurei resumir os pontos principais para facilitar o entendimento deste Conselho. O que estamos aprovando hoje é o resultado contábil em 31 de dezembro de 2021 que engloba os seguintes tópicos: Resultado das contas de custeio, restaurantes, que é basicamente a nossa peça orçamentária que é aprovada todo ano. Nós tivemos uma receita de R\$200.912.000,00 e uma despesa de R\$190.697, um resultado final de R\$10,215 milhões. Contas de investimento são contas específicas que registram as receitas de venda de títulos e taxas de transferência, R\$29,270 milhões. Não têm despesas porque o resultado delas vai integralmente para as contas de investimento. Resultado da Lei de Incentivo ao Esporte: essa é a mesma receita e a mesma despesa. Nós tivemos já a partir deste ano que seguia uma norma contábil, tem que registrar uma estimativa do trabalho voluntário prestado pela Diretoria do Clube Pinheiros, que não recebe remuneração. Então, tem uma receita e

uma despesa no mesmo valor. E finalmente, outras contas de resultado contábil, que basicamente a maior parte da despesa é depreciação, no valor de R\$10,712 milhões. Então, com isso o resultado apresentado em nossas contas de balanço são R\$28.297.000,00. Próximo. Passamos agora para o fluxo de caixa, é importante ressaltar que a partir de 2019, já com o exercício de 2020 nós começamos a ter esse instrumento de gerenciamento financeiro, que é a peça fundamental para que a gente possa ter uma gestão financeira do Clube bastante produtiva e bastante eficiente. Aqui nós vemos, diferentemente dos outros resultados que são resultados econômicos, aqui nós temos como que foi recebido e como que foram feitas nossas despesas. Então, vocês podem observar, já teve um orçamento, o saldo inicial começou com R\$7,900 milhões acima do orçado, bastante, em R\$7,700 milhões, basicamente em função da antecipação de mensalidades, a gente estava esperando que a antecipação não fosse significativa por conta da pandemia. As contribuições sociais, também o mesmo caso, nós tivemos R\$2 milhões a mais do que o previsto, também tivemos no ano de 2021 uma antecipação maior do que o previsto, que representou 1.4%. As demais taxas, vocês observam que foram bastante afetadas em termos de recebimento por conta da pandemia. Com relação às despesas, o pessoal, vocês observam que foi aonde nós tivemos a menor redução, 8.9% em relação ao orçado. Isso mostra nossa preocupação em não penalizar o nosso corpo de funcionários, nosso corpo de colaboradores. Nas demais áreas puderam sofrer restrições, então, nós tivemos uma redução maior do que estava previsto em termos de gasto. Com isso nós terminamos o saldo final de 2021 com R\$21 milhões de caixa contra R\$4,649 milhões, R\$16 milhões a mais do que o previsto. Próximo. Quando terminar a apresentação eu fico à disposição para esclarecimentos. ... O balanço orçamentário, que é o realizado em termos de previsão orçamentária nós temos as seguintes contas: o custeio, que nós tivemos um resultado de R\$18,717 milhões contra um orçado de R\$10,290 milhões, R\$8,400 milhões acima. Em restaurantes já foi o contrário, nós tivemos um orçado de R\$4,900 milhões e tivemos um prejuízo realizado de R\$8,500 milhões, R\$3 milhões de prejuízo a mais do que o orçado. Mas no final o resultado foi extremamente positivo, R\$5,300 milhões que era o previsto nós tivemos R\$10,215 milhões realizados. Nesses R\$5,323 milhões, ele é composto por uma verba, duas verbas que foram aprovadas no orçamento para 2021, R\$1 milhão era recomposição de capital de giro e R\$4,323 milhões era recomposição do déficit operacional que nós tivemos em 2019. Então, vocês observem, se tivemos R\$10,215 milhões, nós tivemos a mais do que estava previsto em orçamento uma importância já de R\$4,892 milhões. Próximo. O resultado de custeio, dá para perceber aqui, eu vou passar um pouco mais rapidamente, em relação ao orçado e realizado: As receitas, nós tivemos R\$14 milhões de receita realizada a menos, 7.8% do que o orçado, sendo que a que menos foi afetada foi a contribuição social, que foi mantida no mesmo patamar de 2020. Na parte de despesa, vocês observem que a menor afetada foram despesas com pessoal, refletindo aquilo que já havia comentado antes, quer dizer, a parte de Recursos Humanos nós procuramos, apesar de a pandemia, preservar a remuneração dos nossos funcionários. Com isso nós tivemos uma redução nas despesas de 12.8, o que proporcionou o resultado de R\$8,400 milhões a mais do que originalmente previsto no orçamento. Próximo. Para os senhores terem uma ideia de como foi a atuação em relação às nossas áreas de operação, então, nós colocamos aqui a contribuição social como referência. No orçamento foram R\$140 milhões e realizado R\$138 milhões, R\$1,300 milhão a mais. Nas áreas de administração, serviço e apoio nós orçamos R\$82 milhões e realizamos R\$75 milhões. Ou seja, gastamos R\$7 milhões a menos do que estava orçando. Isso aqui já é líquido, receita menos despesa de cada um dos setores ou das áreas. Esportes olímpicos e formação, R\$30 milhões. Gastamos R\$28, R\$1,300 milhão a menos do que foi previstamente pensado. Financeira R\$7,900 milhões. Realizamos R\$6,100 milhões. Esse R\$1,700 milhão é basicamente a receita financeira a maior que nós tivemos por conta do aumento da inflação. Área social, vocês observem que também foi bastante afetada, com 23%

praticamente de redução, R\$1,200 milhão. Relações esportivas praticamente ficou no mesmo patamar do orçado e área cultural também com 18.5, foi a única área que teve um comportamento de realizado a maior por conta principalmente da redução das receitas. As despesas se mantiveram mais ou menos no mesmo patamar e receitas foram diminuídas. Com isso dá para entender exatamente do orçamento aonde que nós tivemos mais efeito de redução ou menos efeito de redução. Resultado de custeio, então R\$10,289 orçados contra R\$18 realizados, R\$8,400 a mais. Próximo quadro. Um dos itens importantes que estamos também gerenciando é a provisão para contingências passivas, ela é constituída de acordo com o parecer jurídico de probabilidade a sua realização. Observem que de 2020 para 2021 nós tivemos uma redução da quantidade de ações e uma redução também da quantidade no valor total das ações, caíram do valor total de R\$32,200 para R\$15,900, principalmente nas opções de execução remota e possível. No entanto, a execução provável, 2020 que era de R\$11,060 milhões foi para R\$9,511. Em termos de participação do total aumentou, mas em valor absoluto diminuiu. Estamos fazendo um trabalho grande aí de redução dessas contingências e está surtindo bons resultados. Próximo. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, são associados com mais de 90 dias de atraso. Nós começamos também a ter esse tipo de controle a partir de 2020 motivados principalmente pela pandemia, onde o nosso volume de inadimplência estava tendendo a aumentar bastante. Então, vocês observem que em 2020 nós tivemos no final do ano uma quantidade total de associados: 1.281 vencidos há mais de 90 dias, com R\$1,660 milhão no total. Em 2021 esse número caiu para 407, com R\$ 1.240.000,00 de passivo a ser realizado em atraso há mais de 90 dias. É importante ressaltar que no nosso Clube essa liquidação duvidosa, mas não é tanto duvidosa, porque boa parte dessas dívidas serão pagas quando os títulos desses devedores forem para edital. Então, com a venda do edital a dívida é paga. Próximo. Resultado de restaurantes e lanchonetes. Como já tinha ocorrido em 2020, em 2021 também foi bastante afetado pela pandemia. Esse quadro procura demonstrar o seguinte, do resultado realizado em 2019, que é a primeira coluna, R\$41 milhões de receita contra R\$48 de despesa, resultado negativo de R\$6,612, representando 15.8% da receita. Em 2020, essa receita de R\$41 caiu para R\$14,900, a despesa de R\$48 caiu para R\$27, resultando, portanto, um aumento no prejuízo de R\$5,500 milhões. Então, vocês observem que quando acontece essa redução a despesa não cai na mesma proporção da redução da receita. Em 2021 nós já temos o começo do movimento ao contrário, a receita de R\$14 milhões passou para R\$24, aumentou R\$9 milhões. E a despesa de R\$27 passou para R\$32, foi o movimento contrário, nós tivemos um resultado positivo de R\$3,630. Mas mesmo assim o prejuízo final de R\$8,500 milhões, 35% do realizado. A pandemia foi bastante cruel com relação a essa Área de Restaurantes. Próximo. O capital de giro operacional é um controle que é feito já há bastante tempo no Clube, o Clube tem se esforçado bastante em atingir a meta de transformar esse capital de giro em um valor positivo. Então, vocês observem que em 2020 nós tínhamos um total de aplicações financeiras de R\$65 milhões, só que desses R\$65 milhões nós temos verbas comprometidas, ou seja, um dinheiro que o Clube não pode usar que não seja nas suas áreas específicas, R\$57 milhões, sobravam R\$7,771 milhões. Desses R\$7, R\$9,561 milhões eram verbas de antecipação de mensalidades, então, mesmo com antecipação da mensalidade nós tínhamos ainda um saldo negativo de R\$1,790. Já em 31 de dezembro de 2021, o cenário mudou bastante, nós passamos a ter um total de caixa de R\$98,740. Desses R\$98, R\$77 comprometidos com verbas de investimento e incentivo fiscal, sobrando um líquido de R\$21 contra R\$12 só de antecipação. Ou seja, nós temos ainda um saldo positivo de R\$9,223 milhões mesmo tirando a antecipação. Por isso que, essa já era uma expectativa nossa, no final do ano de 2021 nós reduzimos a taxa de desconto de antecipação porque já tínhamos esse entendimento que já não precisaríamos mais ter esse recurso como suporte para fechamento de balanço. É importante ressaltar que também esse resultado de R\$9 milhões foi alcançado porque tivemos um aporte de R\$3 milhões referentes ao levantamento do

depósito judicial para parcelamento do PAES. Essa era uma disputa judicial que estava sendo discutida já há bastante tempo e no balanço de 2018 senão me engano o Conselho aprovou que quando do levantamento desse recurso, desse depósito ele seria integralmente lançado em capital de giro. Isso que foi feito. Próximo. Orçamento de investimentos, como já foi dito é um orçamento separado do de custeio e restaurantes, Iniciamos o realizado de 2020 com R\$43 milhões e realizado 2021 com R\$42,267, valores bem semelhantes. Como origem de recurso é receita de transferência de editais e títulos, financeiras e eventuais. A maior parte é receita de transferência de títulos e editais. Observem que em 2020 foram R\$15 milhões, um valor bem abaixo do normalmente praticado. Já em 2021 nós tivemos R\$27 milhões, um número que já é tradicionalmente conseguido pelo Clube. E nas receitas financeiras também um valor bem superior, R\$1,900 milhão contra R\$792. Já na aplicação de recurso nós também não realizamos o mesmo potencial que tínhamos realizado em 2020. Gastamos R\$9,500 milhões, deixamos de realizar praticamente R\$8 milhões que gastamos a mais em 2020. Com isso, nosso saldo final ficou R\$61,988 milhões, composto da seguinte forma: saldo de aplicações de fundo de investimento R\$50,667, esse é recurso que está aplicado no banco. Taxa de transferências a receber R\$10,653 milhões, quando os associados compram o título de forma parcelada, então, nós ficamos com nosso ativo para receber. Títulos e editais a receber, também R\$340. Adiantamento a fornecedores R\$328. Então, essa é a composição do saldo, R\$61,988. Próximo. Com relação à destinação do resultado contábil do ano de 2021, na verdade a destinação do resultado é obrigatoriamente feita à conta de patrimônio. No Clube não tem outra opção que não seja essa. Aquele resultado inicial de R\$28,296 só poderia ter outra destinação se viesse a ser distribuído, coisa que é impossível aqui no Clube. Então, oficialmente, legalmente esse recurso tem que ser sempre destinado à conta de patrimônio. O que procuramos fazer aqui foi uma distribuição, um comparativo do saldo que tínhamos em 31 de dezembro do nosso patrimônio líquido comparado ao saldo em 31 de dezembro de 21 e qual é a variação que ocorreu nesse período, que é na verdade aplicação dos resultados obtidos, que não são os mesmos valores que estão lá no começo porque eles têm uma distribuição diferente, aqui a gente considera movimentação de ativos e passivos. Então, nas contas de imobilizado nós tivemos uma variação positiva de R\$659 mil. Recursos vinculados a investimento R\$19 milhões. Fundo de Emergência R\$132 mil, que é basicamente a correção do valor aplicado e capital de giro de custeio uma variação positiva de R\$7,784. Nós tínhamos então em dezembro de 2020 uma deficiência de capital de giro, ou seja, não conseguíamos pagar todas as contas decorrentes, de passivos decorrentes de custeio em R\$19,900 milhões, reduzimos em 31 de dezembro de 2021 para R\$12,151 milhões. Então, essa é a destinação do resultado, que não tem outra opção. Agora, a composição desses R\$7,784 milhões é importante lembrar que deles R\$5,323 milhões já foram comprometidos em orçamento com recomposição de capital de giro e a recuperação do déficit de 2019. Ou seja, desses R\$7,784 milhões nós não podemos fazer nenhuma destinação senão aquela que já havia sido aprovada no orçamento para 2021, restando então os R\$2,400 milhões que vai ser objeto dessa segunda proposta que está sendo feita pela Diretoria. Basicamente eram essas as informações, os comentários que tínhamos que fazer. Obrigado.

Presidente – O doutor Brant de Carvalho vai ficar à disposição para perguntas. E apenas para ilustrar aos senhores, há um artigo no Regimento Interno da Diretoria, que estabelece que havendo superávit no exercício, ele tem que ter uma destinação. É norma cogente do Regimento Interno da Diretoria – Acho que é o 45 senão me falha a memória, mas vou ler aos senhores só a título de ilustração – É o 45, só que é o parágrafo 2º, Dr. Brant: Em caso de superávit o resultado será remetido à reserva orçamentária, é isto que o senhor falou?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Exatamente.

Presidente – ...devido os recursos respectivos serem aplicados integral ou exclusivamente – Aí a expressão é aditiva e não alternativa – na manutenção patrimonial e desenvolvimentos dos objetivos sociais do Esporte Clube Pinheiros.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Perfeito.

Presidente – Por isso que a recomendação da Diretoria eu recepciono como norma cogente para aplicação num dos objetivos sociais do Esporte Clube Pinheiros, um deles é o esporte.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Na verdade, Dr. Manssur, essa proposta da Diretoria é uma proposta orçamentária.

Presidente – Sim, é para o orçamento, mas o senhor já está falando aqui.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – É complementar a esse resultado que nós estávamos falando.

Presidente – Quer dizer, a Diretoria está se comprometendo a lançar este valor no orçamento como valor marcado?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Para 2022.

Presidente – Perfeito.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Agora, importante, para cada despesa que está aqui sendo proposta em termos de Diretoria precisa haver uma receita. E essa receita está sendo aproveitada o resultado que foi realizado em 2021, que anteriormente estava destinado a uma reserva de capital de giro e passará agora na previsão orçamentária de 2022 a ser utilizada pela Área de Esportes. ... Por que não podemos tirar os R\$7 milhões? Porque na mesma previsão orçamentária de 2021 aqueles R\$5,200 milhões já haviam sido aprovados por este Conselho com a destinação específica. Então, para que haja uma mudança desses R\$5 milhões precisaria o Conselho fazer uma nova proposta em relação ao orçamento já aprovado.

Presidente – Por isso que os senhores fizeram essa proposta?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Exatamente.

Presidente – Então, esses R\$2,400 haverão de ser destinados exclusivamente ao Esporte.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – E não será cobrada nenhuma taxa adicional do associado, nós estaremos usando recurso preexistente por conta do resultado obtido em 2021.

Presidente – Pediria a gentileza do senhor, caso haja indagação do Egrégio Plenário, o senhor ou o Presidente estivessem à disposição para responder.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – É importante ressaltar que todos esses complementos que são feitos no orçamento que tenha origem em verbas anteriores se elas vão onerar, em havendo a manutenção delas para 2023, por exemplo, a

origem delas fatalmente será uma cobrança a mais do associado. Então, quando estamos fazendo esse movimento em 2022 nós temos que prever que em 2023 nós teremos um provável adicional de mensalidade para o associado.

Presidente – Espero que não ocorra, mas se assim for vamos ver.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Obrigado.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Com licença.

Presidente – Claro.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Dr. Brant, um esclarecimento, por favor.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Pois não.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Por ocasião da venda dos títulos os recursos vão para a conta de investimento, correto?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Sim.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Em havendo a dívida do associado que perdeu esse título esse valor fica na conta do custeio, né, é feita transferência depois da conta de investimento da venda desses títulos para o custeio para repor esse prejuízo?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Sim, são feitos dois movimentos aí, então, vamos dizer que a dívida do associado seja R\$5 mil e o título seja vendido por R\$12 mil, então, R\$5 mil são revertidos para custeio em pagamento da dívida do associado e a diferença, os R\$7 mil são devolvidos ao associado, que é recurso dele.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Ok, bom saber. Obrigado.

- O Conselheiro Fernando Silva Xavier Junior manifesta-se fora do microfone.

Presidente – Embora vá ouvir o senhor também, mas, claro, pode fazer a pergunta.

Fernando Silva Xavier Junior (fora do microfone) – Uma dúvida. ... O senhor falou em aprovação da destinação do superávit.

Presidente – Não, de parte dos R\$7,788 milhões que estão aqui, Dr. Fernando, R\$2.400.000,00...

Fernando Silva Xavier Junior (fora do microfone) – R\$7,700 milhões é recomposição do capital de giro.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – A proposta original nossa eram R\$7,400 milhões. Na aprovação da proposta orçamentária para 2022 ficou claro que estaríamos fazendo a revisão dessa peça orçamentária em períodos de três, quatro meses. Esse valor que estamos agora destacando, estamos mudando a origem dele de fundo de capital de giro para financiamento de custeio. Então, está havendo uma modificação no que era originalmente a verba destinada para capital de giro. Aliás, essa verba de capital de giro é muito flexível, porque não existe na verdade, é um valor que está

aplicado, é resultante de uma conta que a gente faz ativo menos passivo ou aquela conta que demonstrei aqui, que é meramente gerencial. Então, o valor estando disponível, o que acontece, R\$7 milhões ficou disponível em nossas contas de aplicações financeiras, então, estamos pegando uma parte desses R\$7 milhões e destinando a financiamento de Esportes.

Fernando Silva Xavier Junior (fora do microfone) – Foi o que sobrou da distribuição do capital de giro?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Exatamente.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – (utilizando a apresentação de slides) ... Brilhante a apresentação do Guto, esclareceu um ponto já que eu tinha como dúvida. Complementarmente à apresentação que ele fez, a apresentação do Dr. Guto foi muito em cima do desempenho da Diretoria, do resultado frente o orçado. Vou fazer uma apresentação aqui, que trago aos Srs. Conselheiros, uma apresentação mais focada no objetivo desta reunião, que não é avaliar o desempenho da Diretoria e sim avaliar este material. Quando competimos nós usamos o uniforme do Clube, porém, quando vamos pedir patrocínio, quando vamos nos relacionar com fornecedores e temos que mostrar que temos capacidade de crédito, que não somos insolventes é esta roupa que nós vestimos. Portanto, esta roupa quando recebe um selo da ABRASCA, ela recebe um título de crédito muito maior do que seria só o parecer de Auditores, do que seria só o parecer do Conselho Fiscal, só sem reduzir a importância desses dois pareceres ou do que seria também o complemento a esses dois pareceres a deliberação que é tomada por este Conselho. Então, Dr. Manssur, nesse sentido, o primeiro ponto que trago é um ponto de elogio, nós tivemos uma inovação neste trabalho. Neste trabalho, pela primeira vez quantifica-se o volume de recursos que seria estimado para o trabalho voluntário. Trabalho voluntário que é exercido, vejam lá, senhoras e senhores a quantidade de pessoas, nós temos 191 pessoas registradas nesse mapa, como pessoas que estão exercendo um trabalho voluntário para o Clube. Isso é uma determinação que o Clube está seguindo, está inovando e precisamos reconhecer isso com muito orgulho. O que me chama atenção nisso é que os valores, quando se olha de remuneração que estão sendo colocados são aqueles que estão em tela. Ou seja, é um valor que está bem abaixo dessa referência que estamos tendo aqui. Quando se olha, por exemplo, algumas funções, como, por exemplo, a função atualmente do Gervásio, ocupado anteriormente pelo Guto, o salário é aquele que está lá por mês. Se a gente coloca isso aí vezes 10, R\$260 mil por ano. Outra função que existe também aqui, Diretor de Controles Internos, mais R\$23 mil, colocando vezes 10 R\$230 mais R\$260, R\$490 mil. Mais uma terceira remuneração, que seria, por exemplo, Diretor de Planejamento outros R\$30: R\$300 mil se falar vezes 10, vão para R\$790. Esses dados foram extraídos de uma Consultoria chamada Roberto Half, é uma consultoria em *outplacement*, recolocação na verdade, eles fazem *headhunting* e eles divulgam isso publicamente, qualquer um pode obter, tem lá o código de barras para quem quiser, o QR Code para quem quiser confirmar isso daí no site. Também outra remuneração que chama atenção, que é o nosso Diretor de Patrimônio, mais R\$30 mil, vezes 10 R\$300 mil, já passou de R\$1 milhão, se a gente coloca isso daqui, somente com quatro cargos. Usualmente o que se faz nas empresas quando se declara o trabalho voluntário é fazer o proxy em cima de remuneração de mercado e é essa remuneração que se pega. Então, nós teríamos valores que precisariam ser revistos em demonstrações futuras, ok, para que nós tenhamos uma visão muito mais clara de qual é efetiva colaboração e impacto. Vale a pena dizer que isso daí soma 0 (zero) no resultado, porque o mesmo valor que entra como despesa, entra como receita e tem toda uma normativa que é seguida para isso, que o Clube está dentro dela. Então, ou seja, remunerações muito acima do valor do salário mínimo mensal.

Gostaria aqui de trazer alguns pontos do parecer, que a gente vai usar um pouquinho à frente. O primeiro é o parecer da Comissão de Finanças, eu sei que não dá para ler, mas vou fazer aqui um resumo, que é esse ponto que tem sido aqui. Nós temos aí por dois anos coisas que temos feito de recomendações e esse parecer está retratando o que realmente tem sido o resultado do que nós colocamos como recomendação. A Comissão descreveu com bastante precisão o que realmente tem acontecido e o que temos percebido ao longo desses dois anos. Outro parecer que trago aqui é da Comissão de Obras e, aliás, se me permite, gostaria de fazer um elogio, Dr. Manssur,... à eficiência dessa Comissão de Obras, porque ela tem sempre feito relatórios que, além de ter sido muito objetivos,...

Presidente – ...minuciosos.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ...claros, minuciosos, independentes, são fáceis de ler e muito esclarecedores. E ela traz alguns esclarecimentos aqui muito interessantes. O primeiro deles é esse daqui, nós estamos falando que apesar de aqui estar contabilizada alguma coisa significa que não foi aprovado por esta Casa. Mas isso não foi uma vez que aconteceu, isso acontece também neste volume. Ou seja, outro volume de dinheiro que este livro não está em conformidade com os ordenamentos desta Casa. A outra que acontece é a terceira. Temos uma quarta que não está colocada aqui e nós já discutimos isso, peço aqui licença, Dr. Manssur, porque nós tivemos uma solicitação para fazer um acordo com a empreiteira da obra do Tênis. Este acordo deveria ter saído do Fundo Especial, nós não temos autorização do Fundo Especial, então, até então nós estamos onerando o Custeio, onerando a mensalidade do associado. Esse é um ponto que precisa estar muito claro conosco, veja, recomendação da Comissão de Finanças, lá o parecer dele, as recomendações não têm funcionado. E aqui temos quatro tópicos, três listados pela Comissão de Obras e um que estou trazendo aqui para os senhores, que não é novidade, que são dinheiros de montantes expressivos que estão sendo utilizados do Custeio porque não estão saindo do Fundo Especial porque não tem a deliberação desta Casa, que estatutariamente todos os Regimentos colocam que é uma obrigação exclusiva desta Casa liberar este tipo de recurso. Em relação às provisões. Aqui tem um histórico das provisões que foram feitas nos anos para os quais não tenho os relatórios, então não deu para fazer mais porque não tem os outros relatórios. Nota-se que existe um critério constante e esse critério constante é o seguinte, só está sendo provisionado o montante de recursos que está classificado na rubrica provável, ok, são aqueles que têm maior chance de acontecer. Quando se olha o histórico dos anos o que chama atenção é que no ano 2021 entra um provisionamento de R\$88 milhões. Na apresentação que o Dr. Guto fez para a gente tem lá um esclarecimento sobre ela que não está neste livro. Mas como este é o livro que nos veste aí fora ele precisaria estar, R\$88 milhões não é nada pouco relevante, R\$88 milhões é alguma coisa que chama atenção, é um terço do nosso orçamento, R\$88 milhões para uma despesa como essa ser colocada como remota, note, senhoras e senhores, que quando se fala que aqueles R\$88 milhões são remotos não se está provisionando nada do balanço, significa: Eu acredito que não vá acontecer, é isso que estamos falando, é isso que a gente acredita. Se é isso que a gente acredita, que não vai acontecer: Espera um pouquinho, então precisaria estar lá, é uma dúvida que fica para nós e precisa estar muito bem esclarecida neste livro. No parecer dos Auditores Independentes nada consta sobre isso, não há um parecer ou não há texto dos advogados que coloquem uma justificativa ou um laudo que diga por que ele deve ser colocado como remoto. Não cabe a nós Conselheiros desta Casa questionar uma Auditoria Independente, cabe ao Conselho Fiscal. Mas de acordo com o Art. 45, inciso III: cabe a esta Casa questionar – Senão me engano é inciso III, posso confirmar depois, Dr. Manssur – cabe a esta Casa sim questionar o parecer do Conselho Fiscal. E este parecer precisa ser questionado. Por que não tem nada sobre esses R\$88 milhões? R\$88 milhões é muito dinheiro para nós. Como é que evoluíram essas

provisões? Chamo só atenção aqui para o seguinte, pediria, Gervásio, se você puder corrigir aquele valor lá que saiu, fazendo a soma dá R\$2.107, está R\$2.097, faltam R\$100.000,00, se depois você puder corrigir isso daí no relatório, ok, é importante ver que na página que está a provisão tem um erro. Esse é um registro gráfico de como tem evoluído estas provisões, então, as cores identificam o que é cada um. E veem que a relevância do que tem está no remoto. Se a gente olha isso daqui num outro conceito de qual é a participação percentual a gente tem um gráfico como esse. Ou seja, a gente percebe que as provisões percentualmente, o que é provável, que é o que a gente paga estava quase que estabilizado no início da série temporal, que está lá escrita, ela começa a aumentar a partir de 2019. Agora, em 2020 percentualmente o grande ocupador de espaço é essa provisão dos R\$88.000.000,00. Bom, falando dos resultados. Como é que a gente olha o resultado do Clube? O resultado do Clube, o resultado corrente é aquilo que decorre do comprometimento de recursos para exercermos a nossa atividade final, que é o que se cobra taxas e contribuições sociais. Aquele resultado que temos no livro é de R\$30 milhões e 1 real. Bom, desses R\$30 milhões e 1 real tem uma reavaliação de ativos que não tem contrapartida em custo. Isso daqui não é mágica, é regra contábil, o Clube foi lá e falou: Espera um pouquinho, deixa eu ver como é que está avaliação do meu patrimônio e detectou-se que faltava R\$1 milhão para valor de mercado. Uma boa prática, isso é bem reconhecido pelo mercado, deve ser feito e nós precisamos elogiar o trabalho que faz isso, porém, quando se olha no demonstrativo qual é o total de recursos que entrou pela venda de títulos. Só pela venda de títulos entraram R\$27,357 milhões, e aí o Guto esclareceu na apresentação dele, ele coloca como R\$29,270 milhões, porque existe R\$1,923 milhão que são decorrentes de receita financeira. Ou seja, juros, que aquele saldo do Fundo Especial são incorporados a este montante, perfeito, então, por isso tem essa diferença de números de R\$27 para R\$29. Quando fiz isto daqui, este relatório não está abrindo a nota explicativa, não tem nota explicativa da receita financeira, então, para quem olha aqui pode achar: Mas, espera aí, é R\$29 ou é R\$27.

Presidente – Rendimento da aplicação financeira.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sim, ele está numa linha só de R\$3.000.000,00 e não há uma nota explicativa que diz o que é da verba dos fundos destinados a Custeio e daquilo que é fundo destinado ao Investimento, porém, como ele não tem contrapartida de custo, se a gente quiser saber qual é o relatório nós temos que expurgar esses valores que estão registrados na formação do superávit final, ok, temos que expurgá-lo. Se a gente expurga isso daí dá R\$940 mil. Se eu fosse expurgar o R\$1,923 milhão significaria que nós teríamos um déficit de R\$1.000.000,00, comparado ao déficit que se teve no ano anterior, que era de R\$9.000.000,00 tivemos sim, como bem explicou o Dr. Guto, um desempenho operacional melhorado em relação ao ano anterior. Mas aí eu chamo atenção, Dr. Manssur, para destinação do resultado. como é que nós podemos destinar um resultado? Primeiro, a destinação proposta aqui na página 65 é dos R\$29 milhões, quando o resultado são R\$30 milhões. O balanço fica manco, falta R\$1.000.000,00 da reavaliação. Se isso transitou por resultado, ele tem que ir a Patrimônio e a sugestão é que isso vá à conta de capital e reservas ou eventualmente se quiser colocar em resultado. Mas não é resultado de exercício futuro, colocaria em capital e reservas. Então, nós temos aqui um ponto, Dr. Manssur, para ser colocado, como é que a gente vai destinar esse recurso colocado agora sem base financeira, porque o déficit que temos aqui é um déficit corrente. Se nós fizermos essa transferência que aqui foi falado e que acredito ser fundamental para colocar para o Esporte, porque nosso Esporte está sofrendo bastante, nós estamos transferindo dinheiro do Fundo Especial para o Custeio. Não sou contra fazer isso, mas esta Casa tem que decidir isso daqui de uma forma muito sóbria e legítima. E acredito que não passou pela percepção ou pela análise talvez, desculpe se estou enganado, mas acho que não passou

pela percepção da maioria das pessoas que ao fazer aquela destinação nós estaremos tirando dinheiro do Fundo Especial para colocar no Custeio. Isso é errado ou é certo? Não, esta Casa é soberana, esta Casa pode sim decidir, mas ela tem que decidir olhando para isso daqui. Vamos fazer essa transferência ou não? Este é um ponto que eu deixo como pergunta.

Presidente – Eu vou colocar em votação. (Pausa) O Dr. Brant vai dar uma explicação. ... Mas vamos exercer o contraditório, ele é brilhante, está colocando as questões dele e o senhor vai ter o contraditório, não tenha dúvida. O Conselho vai decidir se se considera totalmente esclarecido. O senhor prossiga, apesar do sinal anunciando a inexorabilidade do tempo, mas o senhor prossiga.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Estou aqui concluindo com esse slide, que isso daqui é o parecer dos Auditores Independentes. Desculpe, o senhor havia falado que não...

Presidente – Mas é uma ênfase benéfica,...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sim.

Presidente – ...é uma Auditoria Processual Interna para apurar um malfeito, como se diz, internamente, que se originou em 2016 e prosseguiu de forma continuada.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – E que possivelmente deu causa a isto que está colocado como ênfase.

Presidente – Então, é bom esclarecer para as ilustres Conselheiras e Conselheiros, que é uma ênfase benéfica, é uma ênfase em que a Diretoria está instaurando um procedimento de Auditoria Interna Processante para apuração deste malfeito.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – E, Dr. Manssur, esta, o senhor está de costas, não sei se permite ler, mas o que está grifado...

Presidente – “Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria e resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver obviamente o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais”. Abri e fechei aspas porque essas expressões são da Auditoria, por favor.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – São da Auditoria. Essas expressões, nós precisaríamos ter o seguinte conforto, Dr. Manssur, no contexto do relatório do Auditor Independente, ele diz o seguinte: Eu pesei essa barra de ouro e deu 250g na balança, eu só não sei se a balança está aferida.

Presidente – O Dr. Brant de Carvalho vai falar, não tenha dúvida que o senhor vai responder a todas as indagações. Mas tem uma do Dr. Fein que ele quer fazer ao senhor, está ali aguardando.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Com isso, encerro o pronunciamento. Fique à vontade.

Andreas de Souza Fein (aparte) – Conselheiro Luís, boa noite. Na verdade, é só um comentário. Quando houve a discussão do acordo para encerrar aquela pendência judicial ou administrativa da obra do Tênis de fato na resolução não constava que era do Fundo de Investimento, mas todo material que foi enviado, inclusive a solicitação de autorização foi de uso de verba do Investimento. E a recomendação da Comissão Financeira foi que fosse usada verba do Investimento, só para dizer que não acredito que a Diretoria esteja usando verba do Custeio para fazer isso. Esse dinheiro está saindo do Investimento.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Vamos ouvir o esclarecimento do Dr. Guto.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Quero fazer um aparte.

Presidente – Claro, tem o Dr. Francisco, o Professor Montoro, mas para não perder a imediatidade das respostas às perguntas, se os senhores permitirem, o Professor Brant de Carvalho responderia. Por favor, Dr. Brant.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Se puder passar novamente sua apresentação desde o primeiro. Esse é o primeiro questionamento que o Luís comentou, a respeito das remunerações mensais que foram consideradas aí. A nossa primeira impressão também foi a mesma sua e começamos a fazer essa valorização pelo salário mensal. Aí fomos alertados pela Auditoria que a disponibilidade de tempo que essas pessoas dispõem em relação ao Clube não é 100%. Quer dizer, é diferente do que um Diretor que é contratado para trabalhar 8 horas por dia, 50, 40 horas por semana. Aqui no Clube não, aqui você tem Diretores que vêm duas vezes por semana, então, essa valorização considerou esses salários que foram apontados por você, mas considerando uma carga horária de disponibilidade menor.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Obrigado.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Próximo quadro, por favor. Então, esse cálculo, está vendo, não é mensal que consideramos, mas o mesmo salário, R\$92 mil e dividimos pela quantidade de horas que ele disponibiliza para o Clube.

Eduardo de Azevedo Marques Strang (aparte) – Antes de mudar de assunto, queria só entender um pouco melhor esse ponto, porque justamente está muito se falando em redes sociais, inclusive tem uma chapa focada em profissionalização do Clube. Achei excelente ter colocado essa estimativa dos R\$2 milhões e a gente tem de um lado esses R\$2 milhões, do outro lado um valor bem mais elevado, calculado pelo Dr. Luís. Como é que a gente poderia pensar num número, porque sempre que é pleiteada essa ideia de profissionalizar vem na minha cabeça que esse negócio vai custar, R\$2 milhões, a gente está falando dali de 20% do resultado do Clube num bom ano, um ano que vem o dobro do resultado orçado. Então, me parece que o valor é significativo.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Na verdade, acho que não dá para misturar as duas coisas. Essa profissionalização que está mensurada aqui não é uma profissionalização, é uma dedicação de um trabalho voluntário, é bem diferente de uma profissionalização, onde aí sim nós estaremos pagando R\$30.000,00 para um Diretor Financeiro, enfim, outras situações.

Eduardo de Azevedo Marques Strang – Ou, seja, esse número que está calculado a gente não pode de forma alguma considerar como profissionalização?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – De forma nenhuma, é um novo cálculo, mesmo porque uma parte da profissionalização já está ocorrendo hoje, nós somos um Clube que tem profissionais trabalhando em todas as áreas do Clube. ... Realmente aqui nós precisamos atentar para alguns detalhes que as recomendações da Comissão Financeira faz e a gente não teve tempo ainda este ano de cumprir da integridade. Mas estamos procurando fazer um esforço grande de cumprir as recomendações da Comissão Financeira. Próximo. O Andreas já comentou, nós estamos sim fazendo o reconhecimento do acordo nas contas de Investimento, quem está pagando o acordo, as parcelas mensais são reconhecidas na conta de Investimento, o que está indo para a conta de Custeio são os juros, que os juros não são imobilização, juros é um ônus pelo acordo feito. Juros que a gente chama aquela atualização monetária que ficou pactuada no acordo. Então, nós lançamos no Custeio os juros e na parte de Investimento a parcela de R\$180.000,00.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Mas se me permite, o valor de juros dos saldos ativos do Fundo é o contabilizado no Fundo, nós temos dois pesos e duas medidas? Por favor, esclareça.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Sim, porque nós não podemos imobilizar os juros. Os juros são lançados como despesa. Então, a classificação de imobilizado é completamente diferente da receita. O que nós podemos fazer? Na conta de Investimento são gastos efetuados na nossa mobilização, ou seja, em nosso ativo fixo. Como os juros não tem essa característica são lançados como Custeio.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Então, não deveríamos contabilizar também a receita de juros do saldo?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Sim, tem, lógico, é evidente, é um recurso que o Clube tem. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, seria um despropósito até não considerar essa receita financeira na conta de Investimento.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Que aí só pesa para o lado do bônus, não pesa para o lado do ônus.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Exatamente. Próximo.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Próximo é o resultado. Mas, Jorge, as provisões.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – As provisões realmente acho que faltou um detalhamento melhor dos R\$88 milhões, porque exatamente foi o que fiz questão de colocar aqui no relatório para esclarecer ao Conselho sobre isso. Achei que realmente foi uma falha. Agora, é importante que o Conselho saiba que nesse histórico que está sendo feito, que a partir de 2019 o Clube passou efetivamente a controlar o seu passivo. Anteriormente não existia uma mensuração correta de quanto que o Clube tinha de passivo. Esse começou a ser feito a partir de 2019, com reconhecimento de uma parcela de R\$8.000.000,00. Vocês observem que nos anos anteriores, olha a diferença do provável com relação ao efetivamente que tinha possível. Provável é o que vai realmente ocorrer, nós tínhamos uma faixa de R\$1 milhão, R\$1,800 milhão, R\$1.000.000,00 que era considerado para efeito de passivo, independentemente do que se tinha na ocasião. Então, veja que o volume de possível era enorme e o valor de provável era pouco. Só que na ocasião, quando a gente tinha a realização da PO, ou seja, efetivamente o gasto era bem superior a esse que era inicialmente provisionado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Doutor, poderia elaborar um pouco mais o fundamento pelo qual aqueles R\$88 milhões estão em remoto, por gentileza.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – A Auditoria recomendou que fosse feita dessa forma, por que qual é a ideia? É reconhecer todos os passivos. A gente não pode desconhecer que existe esse passivo com relação ao IPTU. Então, pela primeira vez ele está sendo reconhecido aí, mas é praticamente impossível de ser reconhecido, principalmente agora que já tem uma decisão positiva. Então, provavelmente já no balanço de 2022 ele deve sair daí.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Deve ser zerado então?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Deve ser zerado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Obrigado.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Próximo. A questão do resultado contábil você está questionando a colocação do R\$1,700 milhão. Se você for à fl 96 do nosso relatório vai ver que a prática contábil que recomenda é que essa realização do custo atribuído, que é da valorização dos nossos ativos, reavaliação de ativo, ela seja lançada diretamente na conta de Patrimônio. Então, você vai ver aqui na página 96...

Presidente – Que, aliás, é o que recomenda a lei das SAs, certo?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – O resultado.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Ela já vai direto para o Patrimônio, a prática contábil é essa. O resultado, você vai ver ali: Superávit do exercício R\$28,297 milhões, na demonstração do Patrimônio Líquido.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Entendi, porque na conta destinação coloca-se todos, menos a do PL.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Exato.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Talvez, o que estou comentando seria ter uma linha a mais que seria a linha do Patrimônio Líquido, onde teria essa adição e o resultado seria os R\$30 milhões, aí conciliaria, está certo?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Está certo, poderia ser. Nas contas de resultado contábil aparecem os R\$30 milhões por conta desse R\$1,700 milhão, mas na destinação do resultado já tem o reconhecimento direto na conta de Patrimônio.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Perfeito. Só como último esclarecimento, peço paciência ao Andreas e ao Dr. Franco Montoro, as três obras então qual é a sua visão, aquelas três que estão colocadas na Comissão de Obras?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Não estou lembrado.

Presidente – Foram três obras, Dr. Brant, que segundo o parecer seriam da verba de Investimento. Um deles da acessibilidade nós já tínhamos apresentado.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Acho que você comentou bem, esse é um assunto a ser repassado aqui em nível de Conselho, que existe, no meu modo de ver, é opinião minha, particular.

Presidente – Pode emití-la.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Existe obrigatoriedade que todas as verbas de Investimento sejam aplicadas em investimentos fixos do Clube. Mas não existe a vedação, vamos assim dizer, de que nas contas de Custeio sejam feitos investimentos em obras do Clube, desde que, é evidente que existam verbas suficientes para isso. É lógico que elas não poderiam estar sendo feitas, essas despesas ou esses investimentos, sem que houvesse uma verba correspondente.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – E a verba não havia no orçamento, não houve orçamento para isso?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Não, mas houve disponibilidade.

Presidente – Na verdade, Dr. Luís, até Dr. Francisco Collet na sua densa Presidência fizera essa colocação e posteriormente o Dr. Riskalla e a douta Comissão de Obras trouxeram a matéria. Nós aprovamos e já consta no Art. 152 – No decorrer das obras se precisar se utilizar do Fundo de Investimento se utilize, depois vem *ad referendum*. E no parágrafo 2 – Em casos excepcionais em que a urgência necessita execução imediata, como, por exemplo, a acessibilidade, obras e reformas com recursos do Fundo Especial e tais eventos podem ser realizados, Dr. Luís, e posteriormente, no prazo de 30 dias, como está já no regramento institucional do Clube, vem para a Casa. Mas é uma solicitação e já havia dito na reunião anterior, que a Diretoria quando for utilizar o Fundo de Investimento que peça autorização, a não ser nessas duas hipóteses, que o senhor tem razão que colocou, mas há essas duas exceções. Professor André quer fazer uma pergunta. (Pausa) Dr. Francisco, só um minutinho para o Dr. André.

André Franco Montoro Filho – Com a informação que o Diretor deu agora de que parte, não tinha essa coisa, aqueles títulos que entraram por inadimplência, parte do que é pago vai para Custeio e não para Investimento. Mas isso para mim é novidade, nunca soube disso, talvez seja ignorância minha. Queria saber, primeiro, se existe provisão legal para isso?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – É estatutário.

Presidente – É estatutário.

André Franco Montoro Filho – Estatutário na venda do título?

Presidente – Sim.

André Franco Montoro Filho – Você paga aquilo que...

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – ...o associado está devendo, os juros e tudo mais.

André Franco Montoro Filho – Os juros e tudo mais. Então, aquele valor é limpo disso ou não? Ou uma parte disso vai para Custeio? Essa que é minha dúvida.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – O que acontece, essa receita que está apresentada aí já é líquida disso.

André Franco Montoro Filho – Já é líquida disso, é expectativa de venda...

Presidente – Tirante essa dívida.

André Franco Montoro Filho – Já tirando a dívida?

Presidente – Sim, senhor, é estatutário.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – A diferença líquida ainda de outra diferença também, que vai ser devolvida ao associado. Nós comunicamos ao associado: Seu título foi vendido por R\$12 mil, sua dívida era R\$5, o senhor pode chegar e retirar os R\$7.000,00.

Presidente – Isso é legal, se o preço numa execução do bem penhorado for superior, pague-se o débito, o que sobejar se entrega ao devedor, isso é uma questão de Direito normal. Meu dileto Dr. Francisco, o senhor tem uma pergunta a fazer e o Professor Kawall também.

Luís Guilherme Laraya Kawall (aparte) – Só complementando, assim, pelo que entendo, o valor do título, a parte que é devida vai para o Custeio, o saldo vai para o ex-associado. Aquele valor que a gente vê ali é a taxa de transferência, pelo que entendo, é a taxa de transferência que fica para o Clube, correto?

Presidente – O Dr. Brant vai explicar.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Ali estão consolidados os dois valores, é a taxa de transferência mais a venda do título.

Presidente – Mais o valor do título, a consolidação de ambos os valores.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – A taxa de transferência é cobrada do comprador do título. Uma parte é o vendedor, o vendedor tem essa relação com o título. O título foi colocado em edital, foi vendido, a dívida foi paga e ele recebeu dinheiro de volta. Aí você tem o comprador. O comprador, além do valor que pagou pelo título, ele estará pagando uma taxa de transferência para o Clube, que vai variar de acordo com o tempo...

Presidente – ...dos seus ascendentes.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Essa taxa hoje e a maior receita que o Clube tem na verdade. A venda de título em si é muito pequena.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Então, mas a venda do título, uma parte vai para o ex-sócio e a outra parte vai para o Custeio, então, ali só tem taxa de transferência.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Taxa de transferência.

Luiz Guilherme Laraya Kawall – Ok.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Ou por novos títulos.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Novos não tem.

Francisco Carlos Collet e Silva (aparte) – ... Vou fazer uma ponderação e queria que o Dr. Luís Sousa fizesse comentários sobre ela. ... Dr. Luís Sousa na sua brilhante explanação nos dá conta que há obras que foram realizadas sem a devida autorização aqui do Conselho Deliberativo. Para mim, número 1: Não ficou claro se foram utilizados recursos da verba de Custeio ou de Investimento. Mas de qualquer modo precisaria sempre haver a chancela do nosso Conselho Deliberativo.

Presidente – Graças a uma colocação do senhor que se criaram esses dois parágrafos do 152.

Francisco Carlos Collet e Silva – Muito obrigado pela referência, Dr. Manssur. A questão é a seguinte, uma eventual aprovação das contas agora não eliminará a necessidade de a Diretoria, para regularizar essa questão de obras proceder da maneira adequada. Qual seja, pedindo, dando uma justificativa ou pedindo para que o Conselho considere alguma hipótese, mas também teria que passar por Comissões, sobretudo a Comissão Jurídica. Quer dizer, a mera aprovação, Dr. Manssur, hoje das contas, não implicará numa desnecessidade em apresentar esse pedido para o Conselho Deliberativo, até para que ele possa ser devidamente instruído com a manifestação das Comissões Permanentes. E também haveria necessidade de haver um edital convocando a reunião especificamente para aqueles pontos, o que não é feito agora que estamos analisando apenas a demonstração de resultados. Essa é a primeira ponderação que queria fazer para ouvir o Dr. Luís Sousa. Mas queria ir mais, Dr. Manssur, se o senhor me permitir, com a gentileza que lhe é peculiar.

Presidente – Claro, por favor.

Francisco Carlos Collet e Silva – Dr. Manssur, nós sabemos que pelo sistema aqui do Clube um superávit, ainda mais um expressivo que tivemos, não é desejável. Na verdade quanto mais próximo do 0 (zero) forem os resultados angariados...

Francisco Carlos Collet e Silva – Exato, análise dá-se módulo. Então, essa questão de superávit tem vindo eventualmente aqui e a destinação, por exemplo, que fizemos agora do Conselho, concordando com a Diretoria, de R\$2,700 milhões, senão me engano R\$2,900...

Presidente – R\$2,400.

Francisco Carlos Collet e Silva – R\$2,400 para os Esportes, nada contra, Dr. Manssur, mas isso no meu modo de entender são recursos que foram solicitados do associado, além do necessário. Quer dizer, esses recursos talvez prioritariamente devessem colaborar no sentido de ajudar no cálculo da anuidade de cada associado. É um desperdício você pelo sistema do Clube, até porque o Clube tem uma história longa de orçamentos, quer dizer, ele tem como trabalhar num orçamento mais estrito. Mas, então, Dr. Manssur, essa

questão, quer dizer, que houvesse uma recomendação à Diretoria que procurasse. Eu sei que sempre vai haver uma variação, não sou ingênuo, mas que procurasse evitar um resultado que apontasse um superávit tão grande. E se apontar, Dr. Manssur, eu sei que há uma disposição, o senhor até atenciosamente leu.

Presidente – Posso ler novamente.

Francisco Carlos Collet e Silva – Mas para fins sociais, Dr. Manssur, como o senhor mencionou em sua leitura, também é sem dúvida nenhuma beneficiar eventualmente a contribuição das anuidades dos associados. Dr. Luís Sousa, são essas...

Presidente – Dr. Brant, com relação à segunda o senhor gostaria de dar...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Posso responder ao aparte antes?

Presidente – Claro, com relação ao primeiro ponto e com relação ao segundo ponto o Dr. Brant.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Ao segundo também, os dois pontos. Dr. Collet, esta obra que está aqui no quadro, na reunião de setembro do ano passado do Conselho, em agosto, quando começou esta obra eu solicitei por intermédio do nosso Presidente Manssur esclarecimentos à Diretoria de por que uma obra estava sendo começada sem a devida autorização do Conselho. A Diretoria respondeu que isso seria por recursos de patrocínio. Pedi vistas ao contrato de patrocínio. Bom, isso foi em agosto de 2021. Para minha surpresa, a nossa reunião senão me engano foi em 29 de setembro de 2021, esse contrato de patrocínio foi assinado no dia 26 de setembro de 2021. E o contrato de patrocínio não previa explicitamente a destinação dos recursos para obras. Nesta reunião eu solicitei e está em Ata, que a Diretoria fizesse a regularização do pedido, porque seria efetivamente aprovado, para que não tivéssemos problema nesta reunião de prestação de contas, que tenho o mesmo entendimento da Comissão de Obras, que aquele inciso II, do Art. 37 do Regimento Interno da Diretoria, diz o que deve ser feito quando se vai fazer uma obra. Então, esse é meu entendimento em relação a isso, que para mim caracteriza que este livro que está aqui, ainda que contabilmente esteja correto, ok, ele tem uma alocação indevida em relação ao *compliance* com os nossos ordenamentos. A sua segunda pergunta, Jorge, pediria, por favor, que antecipe naquele gráfico de cascata dos resultados. Sei que aqui serei repetitivo. Esse gráfico tem uma incorreção que só percebi na apresentação do Dr. Guto, que são as receitas oriundas da aplicação do saldo do Fundo Especial, que monta mais R\$1.900.000,00. Então, se este Conselho pensa em autorizar um repasse como está-se falando da destinação de resultados nós devemos tomar muito cuidado de onde é a origem do dinheiro, porque o dinheiro do nosso orçamento corrente, considerando a exclusão destes valores que não tem contrapartida em custo, veja, lá está com R\$900.000,00, mas eu tenho R\$1,900 milhão que não estão nesse gráfico, e o Dr. Guto trouxe aqui que são decorrentes das receitas financeiras nesta aplicação do saldo do Fundo. Eu teria que abater mais R\$1.900.000,00. Se fizer isso eu tenho um déficit do orçamento corrente de R\$1.000.000,00. Se me falta dinheiro do orçamento de Custeio significa que essa destinação que está sendo feita é uma transferência de recursos do Fundo Especial para o Custeio, ok. Então, veja, o meu pronunciamento foi nesse sentido, eu não sou contra fazer isso, porque acredito que o Esporte precisa sim ter o reforço, mas nós nesta Casa precisamos deliberar com lucidez e clareza em relação a isso. Onde o dinheiro vai a gente sabe, de onde ele saiu, estará saindo do Fundo Especial.

Francisco Carlos Collet e Silva – Ok, Dr. Luís, exatamente, do Fundo Especial vai para o Custeio.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Correto.

Francisco Carlos Collet e Silva – Muito obrigado, Dr. Luís, muito obrigado, Dr. Manssur.

Presidente – O Dr. Brant vai dar uma explicação ao Dr. Francisco.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Desculpe, não houve essa movimentação de Fundo, está sempre muito bem preservado na conta de Custeio e conta de Investimento, em nenhum lugar, em nenhum demonstrativo nosso está apresentando essa movimentação, me desculpe, mas realmente está...

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Desculpe, acho que estamos falando de coisas diferentes. Eu estou falando de saldo de dinheiro, se o senhor pega aqui e dá uma olhada no que é o resultado nós teríamos realmente aqui um déficit de R\$1.000.000,00 no orçamento corrente.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Não consigo ver esse déficit, me desculpe, mas não estou vendo.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não, então vou explicar, vou tentar explicar, me desculpe se parece...

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Se apresenta um resultado contábil de R\$30 milhões, onde saiu esse resultado corrente de 2021?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – O que não teve contrapartida em custo? Vamos colocar somente o que é orçamento corrente. Vamos pegar o conceito básico: orçamento corrente é a soma de orçamento de Bares e Restaurantes e Custeio.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – São os R\$30 milhões.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não, R\$30 milhões tem a receita de R\$27 milhões.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Que é Investimento.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Investimento, então não tem contrapartida em custo?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Não tem, exatamente.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – E a contrapartida?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Está lá no Fundo de Investimento, preservado lá R\$60 milhões.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Se nós tivéssemos contas separadas, contas bancárias separadas, e aqui acho que poucos talvez tenham chegado neste detalhe, mas existe uma conta bancária só, a segregação entre o que é Custeio e Investimento é feito numa planilha Excel pelo nosso contador, o Alberto. Se nós tivéssemos contas separadas, a conta de Custeio estaria negativa em R\$1.000.000,00.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Imagina, desculpa.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Sim, é o que está descrito lá e o que está descrito nessa demonstração financeira.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Não é.

Presidente – Vamos lá, vamos prosseguir.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Desculpe, mas não consigo, está longe do meu entendimento.

Presidente – Agradeço, prossigamos.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Dr. Manssur, então, em função destes pontos a serem regularizados com relação a informações detalhadas, que acredito que estamos avaliando este material, não estamos avaliando o desempenho da Diretoria, ok. ... Este material precisa ser revisto. Em função da recomendação do que está na Comissão de Finanças, dizendo que as recomendações deste Conselho não têm sido cumpridas, eu acho que a gente precisaria pensar muito bem em relação a aprovar uma peça com problemas ou não. Então, esse é o ponto. Eu acho que uma peça com problemas deve ser refeita, é essa minha recomendação.

Presidente – Perfeito, com muita honra.

Rodrigo Ferreira Lara – ... Caros Conselheiros, o relatório da Diretoria ora em discussão apresenta na página 66 um superávit no resultado de Custeio e Restaurantes de R\$10.000.000,00. Gostaria de fazer algumas considerações sobre esse resultado e como e onde alocar esse superávit. Os R\$2.4 milhões propostos para o Esporte na minha visão são ínfimos, se dividirmos pelos nossos 6.500 atletas são R\$359,00 por atleta. Os senhores acham que podemos fazer muita coisa com isso? Não muito, né. Me desculpem os colegas que me antecederam, mas quando interessa a previsão orçamentária é apenas uma previsão e não precisa ser seguida à risca. Quando não interessa, ela vira lei e esse argumento apresentado que, com a devida vênia eu discordo, de que a Diretoria tem que alocar determinado valor em capital de giro. Ora, se não tivéssemos esse superávit vocês iriam cobrar uma taxa extra do associado para recompor o capital de giro? Não iam, né? Então, por favor, devolvamos esse recurso para os esportes, de onde talvez esse recurso não devesse nem ter sido tirado. Recomendamos, primeiro, atender as necessidades dos esportes, depois avaliar como e onde recompor capital de giro com o sobranço. Recomendamos, portanto, alocar R\$5.000.000,00 para os Esportes Olímpicos e de Formação, como anteriormente já tinha sido indicado pela própria Diretoria, na figura do nosso Presidente Ivan Castaldi, logo que soubemos que teríamos um lucro do resultado de 2021 e que o relatório da Diretoria seja aprovado com essa única ressalva. A alocação desses R\$5.000.000,00, que já foi inclusive apresentada pelos Diretores de Esportes Olímpicos e de Formação Fábio Ferraro e Marcos Maynard. Entendemos não haver uma distorção no relatório que possa levar tecnicamente ao ser rejeitado, mas seria importante essa indicação do compromisso com o esporte. Tomamos conhecimento durante o fim de semana, na véspera desta reunião de aprovação deste relatório desse pleito, ou seja, do pleito de cerca de R\$5.000.000,00 adicionais para o esporte, em especial para a base e para o competitivo, né, que ele teria que ser reduzido para R\$2.4 milhões, o valor que foi ora apresentado aqui no início da reunião. A justificativa para redução é de que o resultado

positivo de capital de giro de R\$7.784.691,00, a Diretoria deveria, conforme previsto em PO, subtrair R\$1.000.000,00 referente à recomposição de capital de giro e R\$4.323.000,00 para devolução do déficit do ano de 2019, o disponível, portanto, resulta nesse valor de R\$2,400 milhões, que foi a destinação proposta pela Diretoria para ser revertida para uso nas modalidades esportivas de formação e alto rendimento neste ano de 2022, a critério das próprias áreas. Ou seja, tudo começa com um orçamento errado e apresentamos essas inconsistências lá atrás quando da discussão do mesmo. A meu ver as prioridades aqui estão invertidas. Primeiro, devemos investir no nosso bem maior, no maior patrimônio do nosso Clube, na formação esportiva e de valores as nossas crianças, depois cobrir eventuais outros déficits de gestão, recompor capital de giro, cobrir o déficit criado por orçamento errado de Bares e Restaurantes. O parecer da Comissão Financeira destaca, entre outros, o orçamento errado de Bares e Restaurantes, com déficit orçado em R\$3.500.000,00, mas realizado R\$8.500.000,00. O resultado de R\$7.800.000,00 vem de um acúmulo de ações ao longo do ano, onde as Áreas de Esportes foram as que mais sofreram com cortes. Cortes e restrições em viagens, uniformes, professores e outros. O parecer da Comissão de Esportes destaca também, entre outros, os cortes realizados em várias rubricas relacionadas aos esportes. Esses times, para os quais há pouco fiz um voto de louvor, foram alguns dos vários times de atletas que sofreram com restrições. Veja que absurdo, no ano passado nós podíamos ter enviado essas duas equipes para as quais eu dei voto de louvor, nós podíamos tê-las enviado a Bauru para o Campeonato chamado Habawaba, é o maior campeonato internacional da categoria de base do Polo Aquático, que está sediado em Bauru. Estou falando de uma simples viagem a Bauru, para destacar o absurdo. Enfim, ao invés disso, sob alegação de falta de orçamento, mandamos apenas uma equipe, não as duas equipes. A Natação, que acompanho de perto, também sofreu com cortes de custos e viram parte de seus atletas que com seus pais vêm dia e noite treinar e competir pelo Clube, perdemos bons professores por falta de orçamento. Poderíamos seguir com tantos outros exemplos, no Judô, no Atletismo, no Vôlei, no Basquete, em tantos outros esportes. Quando aprovamos a previsão orçamentária ficou claro que havia esses erros e uma das condições para aprovação do orçamento foi a de que os Diretores teriam autonomia para corrigir os erros. Mas este processo tem sido lento e insuficiente. Por esta razão, recomendamos manter o objetivo inicial indicado de R\$5.000.000,00 adicionais para esportes olímpicos e de formação, conforme proposta já preparada pelos Diretores Fábio Ferraro e Marcos Maynard, para recompor o orçamento, em especial das equipes de base e formação, antes de recompor o capital de giro ou cobrir outros déficits de Bares e Restaurantes mais uma vez às custas das crianças e dos nossos atletas. Em o Conselho não aceitando essa proposta que coloco aqui para deliberação, que se busque pelo menos recursos para atingir os R\$2.6 milhões adicionais aos R\$2.4 já indicados na proposta da Diretoria, como, por exemplo, remanejando de conta Investimento ou de outras fontes, como as que serão apresentadas, uma das propostas pelo meu colega Fernando Kahtalian e outras que possam vir de colegas presentes no Plenário. Recomendo, portanto, aprovação do relatório da Diretoria com esta única ressalva, que se priorize a locação de R\$5 milhões dos R\$10 milhões de superávit em Esportes e o saldo remanescente, aí sim, que se avalie cobertura de outros déficits do Clube. Muito obrigado.

Presidente – Há um princípio de Direito que estabelece que devemos ouvir o Doutor Brant, para exercer o contraditório para verificar da possibilidade de se aceitar recomendação de R\$5 milhões.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – É o seguinte, você sabe que sou apoiador incontinente da atividade esportiva no Clube. Mas o que vejo é o seguinte, nós estamos discutindo, o assunto de destinação dessa verba é meramente orçamentária. Quando a gente fala em destinar uma verba adicional às atividades

esportivas nós estamos falando em orçamento. E quando a gente fala em orçamento tem que falar duas coisas: Vou gastar mais em tais, tais rubricas, que até agora não consegui ainda visualizar aonde vão ser, só em termos genéricos estão sendo colocadas, mas precisaria ser detalhado. Segundo, qual é a fonte, da onde estaremos tirando recurso para fazer essas despesas. A fonte já está sendo proposta pela Área, que seria o resultado que foi gerado no ano de 2021, sem problema nenhum. Eu vejo o seguinte, nós teremos que fazer, em meu modo de ver, uma alteração da proposta orçamentária, pedindo essa complementação de verba para gasto e da onde vem essa verba? Vem do realizado no ano de 2021, isso no âmbito da proposta orçamentária. Então, acho que vinculação desse resultado da destinação, primeiro, não é um lucro, o Clube não tem lucro, o Clube tem o superávit. Esse superávit naturalmente, o dinheiro que sobrou está lá na conta do banco e está fazendo um suporte de capital de giro. A gente pode pegá-lo e colocar na Área de Esporte? Pode, só que nós tivemos no orçamento anterior uma destinação de R\$1 milhão para capital de giro e R\$4 milhões de recomposição de prejuízo. Então, essa verba foi aprovada pelo Conselho. Eu só posso dar outra destinação para ela se o Conselho permitir, mas dentro do âmbito da previsão orçamentária, esse é o mais importante que a gente tem que ver.

Presidente – Hoje estamos a discutir aprovação das contas do exercício findo, em novembro discutir-se-á a proposta orçamentária. O Conselho pode muito, mas não pode tudo, por isso que pedi para ouvir o Dr. Brant de Carvalho, porque o Poder Executivo, é estatutário, ele tem o poder de gestão, ele tem que saber administrar as contas, os valores e os recursos. Se ele apresenta R\$2,400 milhões, foi fruto de estudos, o senhor também o fez, o senhor falar em R\$5 milhões, a impossibilidade ninguém obriga – Isso no vernáculo, porque a expressão é do Direito Romano – se há uma impossibilidade ele não pode ser obrigado a fazer, isso porque pode onerar o Clube como um tudo.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Outro ponto a ser pensado também, Rodrigo, é que você estará elevando a base de gasto da Área para um patamar, R\$7 milhões acima. No momento que você fez isso a tendência é manter para 2023 o mesmo nível de gasto, você não vai pegar e reduzir em 2023. Aí qual vai ser a solução? Aumento de mensalidade.

Rodrigo Ferreira Lara – Então, vamos separar os assuntos, como o próprio Dr. Manssur sugeriu, se a gente está falando de 23, acho que é outro assunto para discutir na sequência.

Presidente – Vamos discutir isso no orçamento.

Rodrigo Ferreira Lara – Eu acho que a questão da impossibilidade, Dr. Manssur, como coloquei, a previsão orçamentária às vezes nós tratamos como previsão e temos o livre arbítrio de rediscutir, era uma simples previsão, tanto que o capital de giro, como eu falei, se não tivéssemos tido esse superávit íamos fazer o quê? Íamos cobrar uma taxa do associado para recompor o capital de giro? Não iríamos, a gente não ia cobrar isso do associado, a gente está propondo a recomposição do capital de giro porque houve superávit. O que estou propondo é que esse superávit foi criado às custas de vários cortes nas seções esportivas, cortes alguns dos quais eu citei aqui. Então, o que estou propondo é que dentro das possibilidades, e não vejo como impossibilidade total, que essa proposta seja avaliada. E caso aprovada pelo Conselho e caso seja factível dentro das rubricas, como o Dr. Brant falou, já houve uma proposta apresentada pelos Diretores Fábio Ferraro e Marcos Maynard detalhando onde e como alocar, inclusive em consulta com cada uma das modalidades. Então, em princípio parece haver um caminho para que a gente busque essa

alocação de R\$5 milhões e aí aloca-se menos à recomposição de capital de giro. É esse pedido que coloco.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Acho que é perfeito seu pedido, só que acho que teríamos que fazer uma reunião para fazer esse aditivo ao Conselho, como a revisão que propusemos quando fizemos a proposta orçamentária para 2022, o que está programado? Uma revisão periódica. Essa revisão periódica tem que passar pelo Conselho, não podemos fazer uma revisão de orçamento sem que passe originalmente pelo Conselho, essa sua colocação acho que tem que ser feita dentro desse ambiente.

Presidente – Eu vou numa proposta conciliatória, com a licença do Dr. Lara, que na próxima revisão, os senhores disseram de três em três meses, na próxima reunião em que se for trazer a este Conselho como se deliberou a revisão trimestral do orçamento, que levemos em conta essa solicitação do doutor.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – É importante frisar que essa revisão independe desses R\$2,400 milhões, esses R\$2,400 milhões já está sendo feito um adiantamento anterior à revisão.

Presidente – Perfeito, não é o ótimo, mas é o bom, ficamos assim.

Rodrigo Ferreira Lara – O objetivo é comum e o debate é produtivo. ... Muito obrigado.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – E o objetivo mais ainda.

Fernando Kahtalian – ... Acho que essa última conversa, essa última troca de opiniões do Rodrigo e Dr. Brant é bom até para o gancho do que vim falar aqui. Quando se diz de R\$5 milhões, R\$2,400 a gente tem, não é assim, arrumar dinheiro nas rubricas, etc. Uma coisa, olhando essa previsão orçamentária que me chamou atenção e aí me coloco humildemente para ser corrigido, o que me chamou atenção foi numa linha que está escrito receita financeira.

Presidente – Às fls 65.

Fernando Kahtalian – Nessa linha a gente encontra o número R\$1.400.000,00, está certo? Também lendo essa previsão orçamentária eu vejo que provavelmente foi utilizado que à época que foi feito esse documento existia o Focus que dizia que a Selic média do ano de 2022 deveria ser 8,5, o que se observa hoje claramente é que a gente deve ter uma Selic em média de 12%. A gente está com 11,75, a gente já está no mês 4, a gente provavelmente vá para 12,75, se não for aumentar, então, vamos dizer que por baixo a gente vai ter uma Selic média de 12. O que vi, a gente tem na conta Investimento, apesar de ter visto lá nos documentos que em 31/12/21 a gente tinha R\$98 milhões, imagino que isso seja uma fotografia, isso é um caixa que vai sendo consumido. Então, eu parto do princípio que na conta Investimento a gente vai ter algo em torno de R\$60 milhões, esse número que escuto, me corrija se estiver errado, da Diretoria. Então, uma conta simples...

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Está sendo consumido mês a mês, principalmente a obra do Tênis.

Fernando Kahtalian – Não vão ser R\$60. Então, que seja, eu vou usar R\$60, vamos dizer que R\$60 milhões, a gente tem a parceria com o Bradesco, então, não dificilmente, eu li

também como vão ser feitos os investimentos, vamos dizer que a gente consiga 100% CDI, deveria ser até mais por esse volume de dinheiro, pela reciprocidade que tem com esse banco. Se você botar 12% de Selic média, pode ser mais...

Presidente – 1% ao mês, doutor.

Fernando Kahtalian – 1% ao mês taxa bruta, Dr. Manssur, se a gente pagar os impostos devidos, etc., a gente está falando que por mês, R\$60 milhões, o Clube vai botar R\$500.000,00 de receita financeira no bolso. Se você pegar esse caixa, sendo consumido R\$61 milhões, ele não vai ser consumido imediatamente e não imagino que vá gastar mais que R\$10 milhões em cinco meses. Se eu usar R\$60 milhões, isso aí nos dá R\$500.000,00/mês. Se eu ficar cinco meses com esse saldo, somente cinco meses...

Presidente – R\$2,5.

Fernando Kahtalian – R\$2,5. Se eu ficar o ano inteiro, esse saldo for consumido, não for R\$60 milhões...

Presidente – R\$6 milhões.

Fernando Kahtalian – R\$6 milhões. O que está escrito ali R\$1.4 milhões. Vamos ser conservadores, não serão R\$6 milhões, serão R\$4 milhões, quero chegar num número. Quanto é R\$5 menos R\$2,400? R\$2,600 milhões. Claramente essa receita financeira é um dinheiro que, boas notícias, né, a gente só traz más notícias, isso então, a gente poderia resolver esse problema da onde sai o dinheiro. Sei que não é agora.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – No nosso Regulamento estabelece o seguinte, as receitas originárias em Investimentos têm que ser obrigatoriamente aplicadas em investimento.

Fernando Kahtalian – Está perfeitamente entendido, o que estou falando é, o dinheiro brotou,...

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – É decorrente da verba de Investimento.

Fernando Kahtalian – Perfeitamente, então aí que ia prosseguir, um dinheiro que está escrito R\$1,400, ele virou R\$5,400. Que bom, né, a gente não deveria ficar chateado, deveria ficar feliz. E aí propor que a conta Investimento pudesse mudar para Custeio só R\$2,400. Ainda sobrou mais, estamos mais felizes ainda.

Presidente – Podemos colocar isso na próxima proposta orçamentária?

Fernando Kahtalian – Gostaria muito, porque acho que aí a gente traz uma solução, o Clube fica feliz, o sócio fica feliz, os Conselheiros ficam felizes, está todo mundo feliz. É essa minha manifestação.

Presidente – Dr. Brant, se o senhor me permitir, na próxima revisão trimestral do orçamento o senhor traria, por favor, a eventualidade de aprovação deste valor, já são R\$2,400, seria completado com mais R\$2,600.

José Marlon Salvador Barroso (pela ordem) – Só para uma breve correção, estamos falando de uma proposição que você vai pegar dinheiro do Investimento e trazer para o Custeio, uma proposta que a Diretoria Executiva pode formular, sim, mas não é uma proposta que obriga a discussão do mérito, vamos separar bem.

Presidente – Não tenha dúvida, isso que estou dizendo, isso é uma discussão, Dr. Kahtalian, que nós vamos nos debruçar sobre ela na hora de discutir o orçamento ou em novembro ou no trimestral.

Fernando Kahtalian – Só para finalizar, Dr. Manssur. ... Entendo perfeitamente, acho que nada é mandatário, mas não consigo ver como isso possa ser tornar um problema.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Os custos aumentaram.

Presidente – Os custos estão aumentando, diz o Professor André.

Fernando Kahtalian – O que eu digo é, o está na previsão orçamentária da conta Investimento é R\$1,400, então, está carimbado, ninguém está mexendo nisso, apareceu do além...

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – O que estou dizendo é que tem despesa do outro lado também.

Fernando Kahtalian – Que deveriam estar na previsão orçamentária.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Aqueles números que estão no orçamento foram calculados numa época onde se esperava uma inflação menor.

Presidente – Perfeito, e nós estamos discutindo as contas do exercício findo, Dr. Kahtalian, é isso que estou insistindo. Essas duas propostas brilhantemente expostas pelo senhor, como sempre, pelo Dr. Lara, é uma matéria objeto de outra Ordinária ou de uma revisão trimestral do orçamento, nós não podemos fugir do foco.

Fernando Kahtalian – Eu lhe agradeço. ... E para encerrar, queria dizer o seguinte, eu não quero ter razão, só estou trazendo um dado novo e espero que seja apreciado. Acho que a gente está aqui para tentar o melhor para o Clube, não eu estar certo, o senhor estar certo e quem quer que seja estar certo, não é essa a ideia. Muito obrigado.

Presidente – Veio como colaboração para a discussão, não tenha dúvida.

Celso Luiz Borrelli (pela ordem) – Eu vou falar pela ordem, mas talvez esteja indagando. Vejo a movimentação do Conselheiro e a do Rodrigo Lara que o antecedeu, como brilhantes por proposições para uma previsão orçamentária,...

Presidente – Não é o objeto desta aqui.

Celso Luiz Borrelli – ...inclusive foi tratado pelo colega como previsão orçamentária, mas nós não estamos discutindo previsão orçamentária. Só queria saber se estou certo.

Presidente – Está completamente certo, eu dissera isso há pouco, nós estamos discutindo a exaço das demonstrações financeiras do exercício findo.

Celso Luiz Borrelli – Pois é, porque a sugestão de usar os R\$5 milhões, já foi mostrado ali que está comprometido, isso daí é um balanço que está sendo avaliado. Agora, a previsão orçamentária cabe total proposição dos dois Conselheiros.

Presidente – Dr. Borrelli, como este órgão é de aconselhamento, por isso que é Conselho, se tolerou falar, que serve como lembrança para o Dr. Brant, tenho certeza que ele trará revisão no trimestre ou em novembro e nós vamos deliberar em prol do esporte.

Celso Luiz Borrelli – Obrigado.

Presidente – Eu gostaria de ouvir, e todos nós também, Dr. Fabio Moreira.

Francisco Luiz Taglianetti – Desculpa, Dr. Manssur, só uma pergunta. ... Já houve alguma revisão trimestral?

Presidente – Não, pela informação do Dr. Brant a trimestral está prestes a ser apresentada, ele vai fazer a convocação e na nova legislatura nós já iremos colocar a discussão.

Francisco Luiz Taglianetti – Em breve?

Presidente – Em breve, claro.

Francisco Luiz Taglianetti – Muito obrigado.

Fabio Rogério Moreira – ... Venho aqui colocar a voz de um Conselheiro que não é especialista na área financeira e vê uma série de dificuldades na hora de fazer uma aprovação dessa peça orçamentária. Então, tenho algumas recomendações que seriam importantes de serem adicionadas nessa peça. Inicializando aqui pela, primeiro, possibilidade de acesso a esses números que estão declarados aqui, valores extremamente altos, mas não tem nenhum detalhamento. Por exemplo, a gente tem despesa com Pessoal, são quase R\$90 milhões, é um valor que está ali, nós não sabemos...

Presidente – Sua recomendação é importante, mas nem há necessidade, porque há previsão estatutária de que pelo princípio da transparência qualquer Conselheiro que for fazendo as formulações terá acesso não apenas a esses dados que o senhor solicita, mas como às quaisquer outros neste Clube, é previsão, está no Estatuto. Então, a recomendação do senhor, embora importante, já fica prejudicada por disposição estatutária, o senhor pode requerer a qualquer momento.

Fabio Rogério Moreira – Obrigado.

Presidente – A outra recomendação, doutor.

Fabio Rogério Moreira – Outro item seria a inclusão de índices de eficiência para cada um dos pontos que estão sendo colocados aqui, por exemplo, obras executadas com porcentagem de valor que foi orçado, valor que foi realizado, tempo que foi realizado. Dentro da Área de Esportes quais são os eventos que foram alcançados, medalhas que foram colocadas e também custos que foram executados para cada uma das competições. E também na parte de Restaurantes, tem um índice de eficiência, como que isso está sendo retornado para o associado, para que a gente possa saber na hora que estamos aprovando esse orçamento, como que isso foi feito. Outro ponto que também não vejo é, nós temos aqui dentro da Lei de Incentivo um valor bruto, dentro de cada uma das modalidades não é

declarado como isso é utilizado. Então, se pudesse indicar seria importante. Outro ponto que também coloquei foi dentro do Conselho Fiscal. A gente vê no documento aprovado pelo Conselho Fiscal que o documento está em conformidade, mas não há um detalhamento, não há um pormenor, dizendo: Ah, foi encontrado algum problema ou não, a não ser, a gente teve aqui um relatório que foi um evento de um desvio que entrou, até que o Sr. Luís comentou. Mas é importante que o Conselho Fiscal entre mais em detalhes. Pedi até uma reunião com o Conselho.

Presidente – E o senhor teve uma reunião hoje com o Conselho Fiscal a respeito disto, é outro órgão, independente, harmônico, mas tenho absoluta certeza que se tivesse verificado qualquer anomalia eles teriam colocado. Os padrões no Direito societário de parecer de Conselho Fiscal, os padrões são estes. Mas o senhor já esteve na reunião, fiz questão absoluta que o senhor participasse, com o Professor Keyler. Encaminharei esta solicitação e todas as demais recomendações do senhor serão encaminhadas à Diretoria. As recepciono e encaminharei com a proposta se porventura aprovada.

Fabio Rogério Moreira – Está bom, então, seria isso. Muito obrigado, Dr. Manssur.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – ... Gostaria de apontar aqui uma classificação de despesas que entendo ser equivocada e gostaria de pedir uma ressalva no orçamento. Ela está na rubrica Diversidade e Inclusão, consta no relatório uma despesa de R\$1.522.919,00, me parece algo bastante vultoso para uma ação de inclusão de diversidade, só que analisando mais a fundo essa despesa o que se verifica é que grande parte disso é um gasto com Pessoal, então, foi um gasto com mão de obra. E no Clube, até onde saiba, sou bastante engajado nessa parte de inclusão e diversidade, não há funcionários que trabalham, que se dediquem exclusivamente com inclusão e diversidade. O que na verdade aconteceu e é isso que eu peço uma correção, é que nessa rubrica estão lançados os gastos com menores aprendizes contratados pelo Clube. Menores aprendizes estes que estão distribuídos em várias áreas do Clube, acho que principalmente em áreas administrativas.

Presidente – Também tem no Tênis.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Não mais. Eu não tenho o dado desses menores aprendizes, tem uma informação que seriam 52, mas não sei exatamente onde estes menores estão alocados. Mas a boa técnica contábil, e aí também me perdoe, não sou um especialista, me parece que esses menores, a despesa deveria ser alocada nos setores onde eles atuam. Por exemplo, caso exista algum menor aprendiz no setor de Restaurantes essa despesa deveria ser alocada no setor de Restaurantes. Ela não ser alocada nesse setor e ser alocada como inclusão acarreta seguinte distorção: A Área onde o menor aprendiz atua acaba ficando menos deficitária ou mais superavitária do que o real. Ao passo de que o Clube expõe um dado aparentemente vistoso sobre inclusão e diversidade, que é um dado que não corresponde à realidade. Então, gostaria desses esclarecimentos, principalmente sobre esses menores aprendizes e gostaria, sim, me posiciono por uma ressalva no orçamento do Clube.

Presidente – Aqui não é orçamento.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Nas contas, perdão.

Presidente – Posso recepcionar como recomendações todas essas e encaminharei, em sendo aprovada, com essas recomendações, quer com relação à acessibilidade, quer com

relação aos menores aprendizes. Sempre ouvi dizer num convênio com o CIEE, não sei se ainda existe.

José Marlon Salvador Barroso – Dr. Manssur, só me permitindo, na realidade o menor aprendiz, como estratégia, é uma coisa mais conceitual, ele foi sim absorvido para a questão da inclusão, de você ter capacitação, então, está na rubrica correta, porque a ideia dessa área nova realmente tem essa capacidade, essa abrangência.

Presidente – Mas em acréscimo eu vou tomar a liberdade, pelo Professor Junqueira, de encaminhar como recomendação, está bom assim, Professor?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Está ótimo. Obrigado.

Paulo Sérgio Machado Izar (aparte) – Falar sobre os aprendizes, quando foi alocado há anos na conta do Tênis existia aquele mito que o Tênis era deficitário em R\$2 milhões, não sei o quê.

Presidente – Era um convênio com o CIEE.

Paulo Sérgio Machado Izar – Na época eu estava na Diretoria do Tênis e vinha essa conta da inclusão para o Tênis. Aí o Tênis era visto como um esporte que tinha R\$5 milhões de defasagem, alguma coisa, quando era uma obrigação do Clube essa conta estar dentro do universo Clube e não só num departamento.

Presidente – Com as achegas do Professor Izar eu vou encaminhar a matéria, está bom.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Só mais um esclarecimento. ... Os gastos com menores aprendizes decorrem de obrigação legal, então, com Tênis ou não são obrigação legal. E, assim, independentemente, desculpa, somente uma opinião, mas o que tem que ser deficitário ou superavitário é o Clube como um todo. Acho que deve haver essa transparência de departamentos e uma rubrica inclusão deveria ser alocada em atividades de inclusão e não atividades administrativas.

Presidente – Para inclusão de menores, doutor, não há déficit, é investimento, isso não é despesa, inclusão de menores é redenção da cidadania, é sempre investimento.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Perfeito. ... Obrigado.

Gilberto Maria Rossetti – ... Nós aprovamos a previsão orçamentária nesta Casa com o compromisso expresso da Diretoria de revisões trimestrais do orçamento, especialmente na questão dos esportes, porque a alocação de verbas não estava adequada.

Presidente – Eu peço que seja feita essa revisão trimestral.

Gilberto Maria Rossetti – Essa revisão do primeiro trimestre não aconteceu.

Presidente – Mas vai acontecer agora.

Gilberto Maria Rossetti – Sim.

Presidente – Eu lhe garanto que vai acontecer.

Gilberto Maria Rossetti – Então, é um compromisso, assim, há necessidade de ter essa revisão. Essa revisão foi proposta quando não havia expectativa de nenhum recurso extra, era um remanejamento do que estava alocado em cada uma das áreas. Eis que se sabe de um superávit que pode ser alocado, mas não há tempo, não fizemos a revisão. A revisão vai acontecer semestral, em vez de trimestral, em claro prejuízo ao nosso esporte. Para mim, Dr. Manssur, é muito simples, quem quer faz, quem não quer justifica. Obrigado.

Presidente – Nós faremos.

Célio Cássio dos Santos (aparte) – Queria saber a sua opinião e também do Dr. Brant, essa questão do capital de giro não há um valor especificado. Nós podemos mandar o valor que bem entendermos, a Diretoria no caso, como sugeriu, R\$4 milhões e alguma coisa, assim como pode ser mandado menos. E essa próxima reunião em que haverá um readequamento da PO, pode ser feita com base nesse novo valor.... O que quero dizer com isso é que ao invés de R\$2,400 para o esporte e R\$4 milhões não sei quanto neste momento essa verba de superávit para o capital de giro, podemos obter o compromisso agora, imediato, sendo esses números R\$5 milhões que vocês comentaram, de que seja então destinado ao Esporte os R\$5 milhões, a diferença para o capital de giro. E na próxima reunião nós arrumamos essa questão do capital de giro, não deixar o Esporte sem dinheiro. Queria saber sua opinião sobre isso.

Gilberto Maria Rossetti – Minha opinião não é segredo para ninguém, o esporte é prioridade, é para ir para o Esporte. Primeiro Esporte, Esporte, Esporte. Para mim é muito simples, Dr. Manssur.

Presidente – Dr. Brant, preste a explicação, por favor, eu já havia dito alguma coisa, mas o senhor *ex professo* vai elucidar melhor.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Acho que nós já praticamente esgotamos o assunto. Quer dizer, é uma verba orçamentária para que o Esporte não fique prejudicado nesse período, até apresentação da nova proposta nós estamos fazendo esse ajuste de R\$2,400 milhões.

Presidente – Vão como recomendações, nós vamos examinar as contas do exercício findo e ficam essas brilhantes recomendações para que os senhores tragam, por favor, conforme fora deliberado em reunião do Conselho, essa revisão trimestral do orçamento.

Rodrigo Ferreira Lara (aparte) – Só uma pergunta, Dr. Manssur, porque quando fui à tribuna sugeri colocar os R\$5 milhões. Agora o colega Célio Cássio também e o Presidente do Conselho colocou de novo essa proposta. Assim, há impedimento de que a gente coloque uma proposta de que em vez de R\$2,5 seja R\$5 milhões. Nós não podemos colocar essa proposta na reunião de hoje, é isso?

Presidente – Colocar os senhores podem, é que essa matéria é de âmbito e de natureza jurídica de apreciação em orçamento. Ele já está liberando R\$2,400 milhões. Quando ele trouxer a revisão orçamentária nós complementaremos com R\$5 ou com R\$6. Aqui eu não posso desvirtuar o foco para o qual os senhores foram convocados: Apreciação do Relatório da Diretoria. Existe a recomendação e vou encaminhar.

Rodrigo Ferreira Lara – Dr. Manssur, mas o que estamos colocando é que existem propostas de Conselheiros que em vez de R\$2.4 sejam alocados R\$5 no Esporte e o sobranço de capital de giro. Essa proposta deveria ser submetida ao Plenário.

Presidente – Eu vou responder. Os Conselheiros trouxeram essa proposta e a Diretoria, na palavra do Dr. Brant de Carvalho, demonstrou a dificuldade em fazê-lo desde logo. Razão pela qual nós vamos levar como recomendação a liberação de R\$2,400 com o compromisso de ele retornar para fazer o complemento.

Célio Cássio dos Santos – Dr. Manssur, o senhor tem razão, eu acho que não cabe ao Conselho fazer essa proposta aqui, mas cabe sim à Diretoria, essa a minha manifestação, é no sentido que a própria Diretoria diga agora e se comprometa a indicar que ao invés de R\$2,400 que ela falou, ela mande os R\$5, evidentemente subtrai do valor que vai para o capital de giro, posteriormente, na próxima reunião arruma isso na PO, o que impede isso?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Com licença, nós estamos respeitando destinação de verba que foi aprovado por esta Casa no orçamento para 2021.

Célio Cássio dos Santos – Não foi.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Foi aprovado R\$1 milhão de recomposição de capital de giro e R\$4,300 milhões como recomposição do prejuízo do ano anterior. Esse valor está sendo respeitado.

Célio Cássio dos Santos – E nada impede que isso seja feito na próxima reunião e agora vocês se comprometam com R\$5 milhões para o Esporte.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Não posso comprometer, essa é uma decisão do Conselho.

Célio Cássio dos Santos – Então, ótimo. Então o senhor aceita submeter ao Conselho R\$5 milhões?

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Agora não, precisamos fazer dentro do âmbito da previsão orçamentária.

Fabio Rogério Moreira (pela ordem) – No final do mês de março eu passei uma recomendação para a Diretoria, como estava a revisão trimestral.

Presidente – Sim.

Fabio Rogério Moreira – Foi respondido através de um ofício que estava em andamento e seria previsto até o dia 28 de março. Estamos no final de abril e nada.

Presidente – Claro, é por isso que eu disse – Dr. Brant, para a gente poder prosseguir...

Antonio Augusto Brant de Carvalho (fora do microfone) – Tenho compromisso.

Presidente – A saída do senhor é uma perda muito grande, mas vou fazer o apelo, como fiz na outra entidade, tenho certeza que nós não podemos nos privar de talentos iguais aos seus. Dr. Brant, nós vamos fazer essa revisão trimestral, está bom, Dr. Fragoso, antes de concluir esta legislatura eu vou me encarregar disso, como também me encarreguei de fazer a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento, iniciado com o Dr. Moreno, revisado pelo Dr. Collet, pelo Dr. Cappellano e vamos também instaurar o trabalho do Plano Diretor.

Eles estão conversando lá, mas nós vamos trazer essa revisão trimestral, Dr. Brant, nós aprovamos isso no Conselho, vamos trazer e com a sua presença, porque há certas pessoas que a gente reconhece o valor, o senhor é um deles, sem qualquer emissão de juízo, mas quem o conhece há 30 anos aqui e na outra irmandade, a gente sabe o que o senhor representa. Vamos ouvir agora, com muita honra, o Presidente da Comissão Financeira, que certamente vai trazer, como sempre o faz, uma promoção brilhante.

Andreas de Souza Fein – ... O senhor me dá muita responsabilidade, porque todo mundo que falou antes de mim tenho que buscar me ombrear. Mas preciso fazer alguns comentários, porque algumas observações da Comissão Financeira foram mencionadas e preciso esclarecer. Inicialmente, começo sobre a recomendação da Comissão Financeira que foi mostrada aqui no quadro pelo Conselheiro Figueiredo, de fato nós entendemos que o que estamos deliberando hoje é o resultado do que aconteceu em 2021, isto aqui é uma fotografia tirada no dia 31 de dezembro de tudo que aconteceu. Agora, a recomendação da Comissão Financeira vai na direção do que o Conselheiro Fabio Moreira comentou e do que o Conselheiro Junqueira comentou. Nós temos uma série de atividades que poderiam ser melhor descritas e melhor apresentadas. Todos os indicadores de desenvolvimento que o Dr. Moreno comentou, é nisso que estamos nos baseando. Nós temos uma série de indicadores de desempenho que o Clube tem, muitos desempenhos são ótimos, alguns nem tanto, que poderíamos explorar melhor, especialmente para que isso seja um norte para as próximas ações. Existe um conflito muito grande, os que são mais militantes na área financeira, entre o que é contábil e o que é gerencial. Aqui estamos analisando o demonstrativo eminentemente contábil, mas nada impede que ele possa trazer considerações gerenciais para que busquemos uma melhor atividade no próximo exercício, até na própria elaboração da proposta orçamentária para 2023. Então, esse é o primeiro comentário que quero fazer, por exemplo, vou exemplificar, aquilo que o Dr. Junqueira comentou e concordo, obrigações legais são alocadas no próprio departamento e na própria seção onde essas pessoas trabalham, no caso, por exemplo, dos menores aprendizes. Nada impede que adicionalmente se faça um demonstrativo, dizendo que estamos atuando na parte de inclusão da seguinte maneira: tantas pessoas no departamento tal, tantas outras em outro departamento e evidentemente que as contas de cada departamento seguem o seu apontamento gerencial. O segundo ponto que quero dizer é o seguinte, eu estou totalmente de acordo com a proposta da Diretoria de encaminhamento dos R\$2,400 milhões para o Esporte por alguns motivos. É óbvio, é evidente, é ululante que o nosso objetivo é o esporte, ninguém aqui questiona isso, não acredito que alguém aqui questione isso, porém, para que esta Casa possa ter um bom desempenho esportivo ela precisa ter uma saúde financeira adequada. A primeira coisa, e vai na linha da recomendação da Comissão Financeira, é que nós tenhamos uma comparação entre aquilo que foi proposto e aquilo que foi executado. Se no orçamento para 2021 foi apontada determinada recomposição de capital de giro e déficit operacional que acontecera no passado, evidentemente temos que cumprir isso e vai exatamente dentro da linha daquilo que a Comissão Financeira indicou, um cotejamento entre o planejado e o realizado. Portanto, para mim por todos esses motivos acho que o correto é mantermos os R\$2,4 milhões disponíveis para o Esporte. E aí eu me alongo um pouco mais, nós temos um orçamento, senão me falha a memória, para este ano corrente de 2022 alguma coisa como R\$60.000.000,00, orçamento para Esporte. Se eu estiver errado, por favor, me corrijam.

Presidente – É esse o valor.

Andreas de Souza Fein – É esse o valor mesmo?

Presidente – É.

Andreas de Souza Fein – Muito bem, a estes R\$60 milhões há uma proposta de destinar R\$2,4 milhões adicionais. Dr. Manssur, eu não me lembro dos dispositivos de nosso ordenamento, mas quando há uma recomposição orçamentária há que se passar por esta Casa.

Presidente – Não tenha dúvida.

Andreas de Souza Fein – Portanto, as Diretorias têm que fazer uma proposta, na linha do que o Dr. Brant comentou, e dizer que nós tínhamos redondamente R\$60 milhões, agora temos R\$62,4, antigamente eles eram distribuídos de uma maneira X e agora nós propomos que seja distribuído de uma maneira Y. Esta Casa delibera e, pronto, fazemos o remanejamento. Eu tenho uma última observação a fazer, como o Conselheiro que me antecedeu, Kahtalian, concordo em parte com as observações que ele fez sobre a receita financeira. A nossa Comissão Financeira para este orçamento de 2021, também não me recordo dos valores, mas nós propusemos um aumento na previsão da despesa financeira para 2022, não foi isso, Dr. Brant? (Pausa) Exato. Não me lembro dos valores, mas nós consideramos naquele momento que a projeção da Diretoria estivesse talvez um pouco conservadora demais. Antes de qualquer coisa eu acho, e aqui já entrando no meu comentário pela observação do Conselheiro Kahtalian, não tenho nada contra operações financeiras das mais diversas matizes e estratégias, porém, a nossa atividade fim não é uma atividade de geração de receita ou de resultado financeiro. Portanto, primeiro, a receita financeira do Fundo de Investimento, estatutariamente ou pelo nosso ordenamento, ela tem que ser aplicada no Fundo de Investimento. Obviamente que esta Casa pode acatar uma proposição da Diretoria de destinar uma verba X qualquer do Fundo de Investimento para o Fundo de Custeio, isso pode ser deliberado aqui a qualquer momento. A receita financeira das contas de Custeio também existe, elas não estão mofando lá no banco, vão ser aplicadas no Custeio. Só o que quero dizer é o seguinte, nós temos que ter certo cuidado com as projeções de receita financeira, porque eu acho que a receita financeira não é o objetivo da nossa atividade. A receita financeira é um adicional, obviamente, como o Conselheiro Kahtalian comentou, muitíssimo bem-vindo, ninguém tem nada contra isso, só que não é o nosso objetivo. E esses cálculos todos, colocar isso numa previsão orçamentária logo no começo do ano, eu acho que temos que ser um pouco cautelosos, talvez no âmbito das revisões rotineiras isso possa ser feito. Basicamente, Dr. Manssur, acho que esse é o meu comentário.

Fernando Kahtalian (aparte) – Quando o senhor diz que não é nossa atividade fim, são aplicações ou investimentos, concordo 100%. Mas se você tem um caixa e não coloca esse caixa para render, para mim isso é negligência.

Presidente – Não, é questão de política financeira.

Fernando Kahtalian – Como assim, o dinheiro fica onde? Tem R\$60 milhões no caixa, onde fica? Embaixo do colchão?

Presidente – Não, está no banco numa inflação de 12% ao ano.

Fernando Kahtalian – Selic, em CDI, tudo bem, não existe aplicação sem risco, quer dizer, se eu não puser meu dinheiro no CDI estou sendo negligente.

Presidente – Mas está, não tenha dúvida.

Fernando Kahtalian – Então, não consegui entender sua informação.

Andreas de Souza Fein – Um momento, eu comentei que os Fundos do Custeio não estão mofando no banco, eles estão sendo aplicados. Eu não conheço as estratégias de aplicação da Diretoria Financeira, o que quero dizer é o seguinte: Primeiro, não sei...

Fernando Kahtalian – Então seria interessante alguém da Diretoria Financeira dizer para a gente.

Andreas de Souza Fein – Um momento, eu estou na tribuna, por favor, o senhor fez um aparte e estou respondendo.

Fernando Kahtalian – Muito obrigado.

Andreas de Souza Fein – É o seguinte, a Diretoria Financeira faz a gestão de Tesouraria dela nos critérios dela, que desconheço. Agora, não existe isso que o senhor inferiu de que esse dinheiro não esteja sendo aplicado, ele está sendo aplicado.

Presidente – Está sendo.

Andreas de Souza Fein – O senhor pode considerar que talvez possamos ter uma receita maior, mas uma receita maior em aplicação financeira implica necessariamente num risco maior, não existe...

Fernando Kahtalian – Desculpa, discordo.

Andreas de Souza Fein – Não vou desculpar.

Presidente – Não pode haver debate, mas...

Andreas de Souza Fein – Um momento. Isso aqui não é debate, não existe um rendimento maior sem risco maior, esse é um princípio básico de qualquer investimento financeiro. O que quero dizer é o seguinte, nós não podemos, e aí vou até contra aquilo que a própria Comissão Financeira fez, nós não podemos estipular metas extremamente ambiciosas para receitas financeiras. Nós fizemos isso, comentamos que esperávamos um retorno maior. Mas temos que ser muito cuidadosos com contar com este recurso para uma despesa que não é uma despesa eventual, é uma despesa corrente, é só isso que eu quis dizer no meu comentário.

Presidente – Está claro, doutor?

Fernando Kahtalian – Não muito, mas eu não quero ser desrespeitoso, vou me calar, é que no CDB do Banco Bradesco não vejo esse risco tão absurdo, que paga 100% de CDI no mínimo para esse montante, por ser parceiro do Clube, mas, ok. Muito obrigado.

Andreas de Souza Fein – Por nada. ... Era só isso. Obrigado. Boa noite.

Presidente – Obrigado. Vou declarar encerrados os debates e vamos ingressar no processo de votação. Já começo com as escusas e com as vênias devidas, porquanto toda e qualquer decisão, máxime quando venha restringir direitos, ela deve ser, até por preceito constitucional, justificada e fundamentada. O Estatuto Social, no Art. 34, parágrafo 4º,

estabelece que o Presidente, o Vice-Presidente, bem como os Diretores de Área, Adjuntos e o Assessor de Planejamento quando Conselheiros ficarão automaticamente licenciados do Conselho pelo tempo em que exercerem seus respectivos cargos no órgão executivo. E quando no órgão executivo, diz o Art. 8º, inciso V, do Regimento Interno da Diretoria, qual a função desses ilustres Conselheiros licenciados ou Conselheiras também: Acompanhar a realização da despesa autorizada relativa à sua área por ela zelando. Apresentar, inciso VI, ao Presidente até o dia 31 de janeiro relatório pormenorizado das atividades desenvolvidas em sua área no exercício anterior. E no Art. 12: Em caso de impedimentos e licenças evidentemente ocorre as substituições de acordo com o regramento regimental. O Art. 42, na seção 4, do Regimento da Diretoria, ao cuidar da proposta orçamentária e do orçamento estabelece que as linhas básicas do plano de ação e da política orçamentária serão definidas pelo Presidente, com assistência do Assessor de Planejamento e de Diretor da Área Financeira, a quem caberá instruir e distribuir os formulários de orçamento ordinário a todos os Diretores de área até o dia 31 de julho juntamente com o cronograma para elaboração da previsão orçamentária, mas também estabelece, no Art. 43, que os Diretores de Área poderão devolver à Assessoria de Planejamento até o dia 31 de agosto os formulários devidamente preenchidos, juntamente com o programa de atividades projetado. Feitos todos estes trabalhos no exercício anterior, esta colaboração muito importante de todos os Diretores e Adjuntos também, são objeto de apreciação no dia de hoje. Razão pela qual e na linha de vários precedentes que por ordem ascendente cronológica de honradas investidas já ocorreu nesta Casa, iniciou em 2003 na gestão exemplar do eminente Dr. Sérgio Lazzarini, onde ficou decidido que Diretores e Diretores Adjuntos licenciados e que reassumiram o Conselho estariam impedidos de votar; Precedente aqui em nossas mãos. Posteriormente, em 2010, da também exitosa gestão do ilustre Conselheiro Efetivo Alberto Fasanaro, de igual modo foram declarados impedidos de votar os Conselheiros que participaram da Diretoria e também como Adjunto no exercício anterior. Posteriormente, na minha singela Presidência, em 2015, de igual modo decidi desta linha. Posteriormente, na operosa e sempre reconhecida gestão do eminente Dr. Francisco Carlos Collet e Silva, de igual modo assim se decidiu. E finalmente, na não menos brilhante gestão do ilustre Dr. Célio Cássio dos Santos também assim se decidiu. Razão pela qual, por essas razões e por esses fundamentos, sempre com a máxima vênua e com todo acatamento, peço licença para declarar impedidos de votar, embora tenham participado dos debates, as ilustres Conselheiras e os ilustres Conselheiros que passo a nominar: Sra. Ana Claudia Alves de Sá, Engenheiro Cândido Padin Neto, Eduardo Fanelli de Brito Vianna, Eduardo Hudson de Queiroz Sampaio, Fernando Silva Xavier Junior, José Alípio de Barros, José Marlon Salvador Barroso, Laís Helena Pinheiro Lima e Silva, Leila Eleny Amaro Marques, Luís Carlos Augusto Meza, Maurício Fanelli de Brito Vianna, Roberto Carlos Fazilari, Rodolfo José Sanchez Serine, Rodrigo da Silva Rojas e Silvia Schuster, pedindo a eles, por favor, que coloquem os aparelhos para votação eletrônica, devolvendo, seria certamente a última votação. Posto isto e declarados esses impedimentos, vamos à votação, vamos usar a máquina, o aparelho para votar, o quesito já elaborei, se estiver errado os senhores me corrijam, Dr. Cardia, mas vou ler o quesito para os senhores e vai sair na tela: A Conselheira e o Conselheiro aprovam o Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2021, com a recomendação apresentada pela Diretoria quanto à destinação do resultado contábil do exercício de 2021 que se encontra às fls 65, na parte identificada como Capital de Giro-Custeio, no valor de R\$7.784,691,00 que sejam destinados exclusivamente a desenvolvimento esportivo a quantia de R\$2.400.000,00 para o atendimento das solicitações das diferentes modalidades esportivas a critério das Diretorias de Área de Esportes Coletivos e de Esportes Individuais e Aquáticos, bem como com as recomendações formuladas pelas Comissões Permanentes de Obras e Financeira nos respectivos pareceres, além daquelas que anotei aqui dos ilustres Conselheiros Junqueira,

Dr. Rodrigo Lara, Dr. Kahtalian e, por último, do nosso ilustre Presidente Dr. Célio, eu estou acrescento.

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Com licença, Dr. Manssur. ... Dentro do que foi comentado aqui, aprovação dos R\$2,400 milhões seria separado da aprovação do balanço pelo que entendi.

Presidente – Estava aglutinando, aprovaria o balanço e as demonstrações já incorporando aprovação desses R\$2...

Diretor Adjunto Financeiro, Antonio Augusto Brant de Carvalho – Não, acho que seria separado, porque os R\$2,400 milhões não fazem parte da peça orçamentária.

Presidente – A coerência do Dr. Brant, é que como os R\$2,400 milhões não fazem parte, porquanto a peça orçamentária é o diagnóstico, é a radiografia do exercício findo, se os senhores aprovarem as contas, estão aprovadas, aí eu colocaria em votação, se deste valor de R\$7,784 milhões os senhores concordariam em que R\$2,400 milhões por hora nós destinássemos ao Esporte, com a previsão de vir trimestralmente o reajuste da previsão orçamentária, onde nós colocaríamos o complemento dessa verba.

Gilberto Maria Rossetti – Dr. Manssur, se colocado dessa forma, com aprovação em separado, primeiramente aprovação das contas, posteriormente aprovação da proposta da Diretoria em revisão da aplicação dos R\$2,400, por que não seria admissível a proposta feita por vários Conselheiros aqui, também de revisão, do valor efetivo? De novo, sim, porque o que o Dr. Manssur nos explicou é que não era o momento disso e era uma proposta formulada pela Diretoria, única. Se ela será demonstrada outras também poderiam ser admitidas. Essa a minha indagação.

Presidente – É que na verdade, vou responder para o senhor, e tem previsão legal. Em caso de superávit o resultado será remetido à reserva orçamentária, devendo os recursos respectivos serem aplicados integral ou exclusivamente na manutenção patrimonial e desenvolvimento dos objetivos sociais do Esporte Clube Pinheiros. Esse é o parágrafo cuja cabeça do artigo, diz: A proposta orçamentária deverá estabelecer sempre que possível esse equilíbrio. Então, o senhor veja que está no capítulo de apresentação da proposta orçamentária. Todavia, sensível às discussões havidas aqui e o senhor é um dos, diga-se de passagem, paladinos desta reivindicação justa, de que havendo superávit, que ele tem que fazer a destinação por preceito, que ele destine determinada importância. Como ato de gestão, ele está e estou recepcionando como norma cogente obrigatória, indicando os R\$2.400.000,00, mas o senhor viu que eu direcionei – Direcionei sem aspas – direcionei de forma melhor para, a meu sentir para todos, e que além desses R\$2,400 ele traga no momento oportuno de revisão orçamentária o complemento deste valor, para não perder a oportunidade de termos esses R\$2,400, porque se ele não me manda essa proposta eu iria colocar simplesmente: Os Conselheiros aprovam ou não aprovam a demonstração e ficaríamos sem esses R\$2,400. Não é o ótimo, mas é bom, teremos R\$2,400 para o DNA do Clube, que é o Esporte e já peguei o compromisso de ele trazer no momento oportuno o complemento. Acredito que isso atenderia a todos e poderíamos levar à frente a discussão, está bom? Então, vamos lá, talvez nem precise do quesito: As Conselheiras e os Conselheiros que estiverem de acordo com aprovação das demonstrações financeiras...

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Com ou sem os R\$2,400?

Presidente – Vamos fazer por hora sem os R\$2,400 e depois eu vou fazer apartado.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Se porventura for aprovado.

Presidente – Ah, sim, se nós não aprovarmos *ad argumentandum tantum* está prejudicado os R\$2,400. Mas temos de votar, então, vamos lá: As Conselheiras e os Conselheiros que estiverem de acordo com aprovação do Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2021, votem número 1, que é sim; os que discordarem número 2, que é não e os que se abstiverem o número 3. Não tem OK desta vez.

Arlindo Virgílio Machado Moura (fora do microfone) – Por que não está projetado?

Presidente – É que no quadro eu estava englobando, Professor Arlindo

Arlindo Virgílio Machado Moura (fora do microfone) – Não é na sua proposta, por que não está lá número 1, sim, número 2...

Presidente – Número 1, sim, número 2... Felipe, projete, por favor. (Pausa) Está bem, ele vai mexer no texto, aí dá um tempinho para os senhores respirarem um pouco. (Pausa) Dr. Marlon, eu tenho certeza que ele vai entregar, com muita honra para nós, o aparelho da votação simbólica e o Dr. Fazilari e Roberto Carlos também. O segundo quesito é: Se o Conselho concorda com a recomendação da Diretoria de destinação daquele valor do superávit do Custeio, no valor de R\$2,400 milhões para o Esporte. Felipe, vou ditar para você: A Conselheira e o Conselheiro aprovam o Relatório anual da Diretoria, balanço e demonstração das contas de receita e despesa do exercício de 2021? Esse é o primeiro quesito. Sim, número 1, não, número 2 e abstenção, número 3, posteriormente colocarei o segundo quesito, dependendo da votação do primeiro, se as senhoras e os senhores concordam com a destinação de R\$2,400 milhões. Está claro lá? (Pausa) Então vamos lá, os senhores vão ter o tempo excepcional de 60 segundos para votarem, por favor. (Pausa) Já temos? (Pausa) Então, vamos lá, Dr. Felipe, pode colocar o resultado, que eu tenho certeza que o Conselho vai cumprir o seu dever...

- Aplausos e gritos no plenário.

Presidente – O resultado está estampado, pela maioria... Vamos projetar o quadro, seu Felipe. (Pausa) Essa é uma decisão muito importante, os senhores devem saber as consequências dessa decisão, é uma decisão me parece inédita na história do Esporte Clube Pinheiros. Os resultados foram apresentados, mas o voto da maioria tem que ser observado. Eu apenas coloco para os senhores que uma questão técnica é uma questão técnica, ela tem que ser apreciada sobre o viés técnico em prol dos destinos de nosso Clube.

Antonio Moreno Neto – Sr. Presidente. ... Já foi votado, tudo bem, só que é o seguinte, uma pergunta. ... O relatório para ser aprovado das contas de 2021 não tem nada a ver com a verba para o Esporte. Eu também sou favorável a aumentar a verba para o Esporte. Agora, o que teve de errado, é uma pergunta da minha cabeça, o que teve de errado no relatório da Diretoria com relação à apresentação das contas de 2021? Ninguém falou nenhuma coisa errada aqui e votaram contra. Acho que é político, só pode ser.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Vejam os senhores, essa é uma decisão muito séria, as senhoras e os senhores são todos experientes, os senhores votaram, as contas, eu vou ser obrigado a convocar uma Reunião Extraordinária, porque nós vamos ter que deliberar a respeito dessas contas. Vamos ver o que existe da possibilidade de revisão, mas eu já falo para os senhores que antes do término desta legislatura, no exercício das minhas prerrogativas eu irei convocar uma Reunião Extraordinária do Conselho, sim, porque esta é uma decisão inédita, pela primeira vez isto acontece no Esporte Clube Pinheiros e eu no exercício das minhas atribuições de Poder independente, mas harmônico, realmente não vi o lançamento de nenhuma manifestação que infirmasse a exação das contas. Eu vou chamar dentro do prazo regimental uma nova Reunião Extraordinária para reapreciação da matéria.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Presidente. ... Qual é a consequência desse resultado?

Presidente – A consequência, é isso que eu coloco – Muitos estão saindo quando eu ainda não declarei encerrada a sessão. Estão saindo e eu identifico muito bem porque estão a sair, eu estou a identificar por que. – A consequência é gravíssima e quem conhece um pouquinho da legislação societária sabe o que significa. Como estou no exercício da Presidência e a exercerei até o último momento de meu mandato, vai ser convocada dentro do observado prazo regimental uma nova Reunião Extraordinária do Conselho. Vou pedir à Diretoria, não ficou claro, a não ser na exposição do Dr. Luís, eu anotei todas as colocações, não ficaram claras. Nenhuma objeção com relação à higidez das contas. Eu as trarei novamente para que na ciência e na consciência de cada uma das senhoras e de cada um dos senhores seja reapreciada esta matéria, porque acima dos interesses político-partidários ou particulares de cada qual está o interesse de uma Entidade de 122 anos e de exemplar conduta, que é marco referencial neste País e fora deste País, que a política se desenvolva no dia 7 de maio, com a voz democrática e independente das urnas e não aqui, onde estamos a deliberar o destino de uma Instituição, que é a nossa Casa, que é a nossa família e que merece a compreensão dos senhores com relação às matérias aqui trazidas. Esta decisão, para quem conhece um pouquinho de Direito Societário, é da maior gravidade. Os senhores decidiram, ela será respeitada, mas também será respeitada a Presidência que, pelo Art. 1º, representa o Conselho. Os senhores podem ficar sossegados, que até antes da eleição de 7 de maio, vou contar os 10 dias, vai ser novamente convocado este Conselho para Reunião Ordinária, indiscutivelmente. E se eu aqui não estiver, porque a saúde é muito delicada, o honrado Sr. Vice-Presidente, eu lhe peço, fará isso.

Antonio Moreno Neto – Sr. Presidente, nunca aconteceu isso na história do Conselho,...

Presidente – Nunca.

Antonio Moreno Neto – ...é a primeira vez.

Presidente – É a primeira vez.

Antonio Moreno Neto – É uma vergonha.

Presidente – É a primeira vez.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – ... Queria fazer uma contribuição para evitar esse tipo de situação, queria fazer uma contribuição para a gente evitar esse tipo de situação. Para a gente ter reuniões prévias para na hora de ter de votar esse tipo de situação, esse

tipo de conta que a gente tivesse reuniões prévias, que a gente fizesse alinhamentos prévios, aí evita esse tipo de situação, porque é assim que gente constrói consenso.

Presidente – Só vou dizer para a senhora, eu posso fazer isso, das decisões do Conselho, quem já teve a honra de ouvir isto sabe que 10 Conselheiros podem entrar com recurso de revisão. Os senhores fiquem tranquilos, esta matéria, antes de terminar esta legislatura voltará. A posse dos eleitos dar-se-á no dia 30, enquanto não ocorrer a posse dos eleitos, aqueles que estão no exercício de suas atribuições estão investidos da condição de Conselheiro, esta matéria voltará ou por recurso de 10 Conselheiros, se o fizerem, ou por ato *ex officio* desta Presidência, não tenham dúvida nenhuma.

Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha – A gente está muito acostumada a fazer sempre do mesmo jeito e é sempre feito do mesmo jeito e a gente pode tentar fazer de um jeito diferente. Como é fazer de um jeito diferente? É construir consenso. E como que a gente constrói consenso? É ouvindo, é fazendo reuniões prévias, é chamando as lideranças, é sentando a uma mesa e negociando os pontos, é ouvindo todo mundo, é construindo. É isso, queria fazer essa colocação.

Felipe de Andrea Gomes (pela ordem) – Já foi votado, poderemos avançar para o próximo item da pauta?

Arlindo Virgílio Machado Moura – Não, eu ainda quero falar.

Felipe de Andrea Gomes – Mas esse assunto já foi votado.

Presidente – Eu não vou tolher...

Felipe de Andrea Gomes – É o Regimento, né, é o Regimento.

Presidente – Eu não vou tolher a palavra, por favor, diga.

Felipe de Andrea Gomes – Temos de seguir os Regimentos.

Presidente – Eu ainda não encerrei este item, Dr. Felipe.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Sr. Presidente, quando se traz um assunto desse, que é passível de aprovação ou não, ué, pode acontecer o que aconteceu. Agora, o que queria colocar é o seguinte, qual a justificativa, nós ficamos aqui 3 horas, não teve ninguém que apresentou alguma questão que gerasse a reprovação do relatório. Teve alguém que colocou alguma questão, outro colocou outra, esse problema dos recursos para irem para o Esporte, mas não pode ser uma coisa assim. Nós estamos levando este Clube para um caminho que a gente não sabe onde vai dar, porque não é possível, não tem cabimento o que aconteceu hoje aqui, porque não houve, porque eu já participei de aprovações de relatório onde foi muito mais contestado o relatório. Aqui ninguém contestou nada do relatório.

Presidente – O senhor sabe o que acontece, Presidente, o voto é livre, soberano e independente. As razões pelas quais isto ocorreu não há necessidade de maior esforço e eu tenho me esforçado ao longo desse tempo de buscar a harmonia, de buscar a paz, me procuram pela harmonia e pela paz, mas infelizmente a harmonia e a paz colocada quando sou procurado em momentos cruciais da nossa Entidade não são bem observadas. É por isso, sensível à importância desta matéria, porque outras matérias eu acredito que possa

ter e faz parte da divergência ou a busca do consenso, outras matérias aqui deliberadas podem evidentemente ensejar esse tipo de discussão, como essa também. Mas a partir do momento que eu verifico que desde às 21h, até 15 para meia-noite, com exceção da lúcida explanação do Dr. Luís Alberto, que apresentou alguns aspectos pontuais, que o Dr. Brant de Carvalho respondeu, não houve qualquer objeção com relação à higidez dessas contas.

André Franco Montoro Filho (questão de ordem) (fora do microfone) – Questão de ordem. Fiz só uma intervenção, mas concordo totalmente, em benefício, para não ficar repetindo, não fui à tribuna. Mas se o senhor quiser eu irei. Houve uma sustentação muito bem-feita. Peço que o senhor, como outros, respeite a opinião que foi fundamentada.

Presidente – Estou respeitando, por isso que estou dizendo, com relação à destinação do valor de R\$2,400 milhões eu recebi uma carta da Diretoria, solicitando essa recomendação, por isso que veio à baila. O que quero dizer ao senhor é que a votação foi feita, a matéria está encerrada hoje. Trarei, obviamente que a Diretoria, ouvindo a explanação do Dr. Luís, procederá aos ajustes que entender necessários. A matéria voltará antes do término desta legislatura e nós vamos colocar para votar.

Eduardo Ribas Oliveira Machado (pela ordem) – Em primeiro lugar, parabéns por tudo, pelo sistema novo, só que a votação foi aberta, eu votei e ali consta como preto o meu nome, talvez tenha travado de alguma forma. Estou aqui, votei, aí fez uma pergunta, apagou o painel, abriu de novo e começou a votação de novo, talvez tenha travado. Votei e gostaria que contabilizasse o meu voto como 2. ... E quem quiser rir, paciência, acho que tem que ser respeitado qualquer Conselheiro aqui nesta Casa, de qualquer voto, de qualquer posição.

Presidente – Claro. O senhor tem o número do aparelho, Dr. Ribas?

Eduardo Ribas Oliveira Machado – Tem, está aqui.

Presidente – Poderá se conferir isso.

Eduardo Ribas Oliveira Machado – Obrigado, Presidente.

Presidente – Então, vou declarar o resultado: Por maioria de votos, o Egrégio Plenário rejeitou a aprovação do Relatório da Diretoria e das demonstrações financeiras do exercício findo.

Item 3 - “A Voz do Conselheiro”.

Rodrigo Ferreira Lara – .. Vou entrar no assunto de “A Voz do Conselheiro”, mas queria aproveitar, falar bem breve, Dr. Manssur, sei que talvez não seja adequado para “A Voz do Conselheiro”, mas vi vários aqui expressando revolta, e tal, pela votação. Já tive vários momentos aqui neste Conselho, onde defendi pontos. Venci. Fui derrotado e acho que todos aqui têm de respeitar, como o senhor mesmo diz, a soberania do Plenário. Então, em todas as vezes que vim aqui, defendi algum ponto que porventura venci ou fui derrotado, assim, respeito o que o Plenário vota. A gente vem aqui e expõe nossos argumentos. Peço até desculpas, porque tinha outro tema para falar, que era exatamente da Voz do Conselheiro, mas acho que é importante pontuar. Vamos tentar, acho que tirar disso tudo lições, né, Dr. Manssur, como o senhor mesmo fala, para buscar essa paz, esse diálogo para que a gente realmente quando houver pontos de divergência ou pontos relevantes

levantados pelos Conselheiros, que a gente possa encontrar conjuntamente soluções e caminhar cada vez mais para um caminho melhor. Peço desculpas por essa introdução.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Lara, onde é que você viu um desrespeito a essa decisão? Estamos é com uma tristeza, isso não aconteceu, onde está o desrespeito? Quem foi desrespeitado aqui por causa dessa decisão?

Berenice Gazoni – Um aparte, por favor, ou pela ordem, eu não sei, só sei que tenho de dizer o seguinte. Estamos aqui, assim que cheguei, procurei a página de Várias para me inscrever, falei inclusive com o senhor.

Presidente – Falou comigo.

Berenice Gazoni – Falei se poderia falar na Voz do Conselheiro o assunto que está me atormentando há uma semana e o senhor disse: Não, Berenice, o seu assunto é de Várias. Vou esperar democraticamente pela minha vez, pela minha hora para falar um assunto de Várias. Então, com todo respeito, Conselheiro Lara, o senhor, por favor, respeite também as cláusulas do nosso Conselho, do nosso Estatuto e na hora de “A Voz do Conselheiro” falemos como Voz do Conselheiro, em Várias falemos do que quisermos. Era isso. Muito obrigada.

Rodrigo Ferreira Lara – Perfeito, só falei porque tinham vários se expressando aqui ao microfone e achei que fosse importante.

Presidente – Por favor.

Rodrigo Ferreira Lara – O ponto que queria trazer aqui para “A Voz do Conselheiro” na verdade é um pedido que veio de associados para que a gente possa andar melhor com a questão da fila dos armários da piscina. Última chamada foi feita em novembro e agora em março. Vários inclusive pais de atletas, estão querendo esses armários e a gente está aparentemente com alguma fila no processamento disso para liberar os armários. Então, é um pedido que queria trazer aqui ao Conselho. O segundo ponto, que vem também dos associados, que a gente tome em definitivo alguma ação em relação aos carros que param, ocupando as vagas. Já houve vários debates em redes, grupos sobre o que fazer. Foram-se mencionadas as eventuais limitações do que pode ou não pode ser feito dentro do Clube. Mas acho que é importante a gente estabelecer algum tipo de punição, de regramento, de multa que se faça efetivo para que se possa coibir em definitivo a questão de uso das duas vagas. São dois pontos que os associados tinham mencionado. Peço desculpas por ter usado A Voz na fala inicial, mas acho que já foi dito o que queria falar. Obrigado.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – ... São dois assuntos que trago. O primeiro, nós temos um patrimônio do Clube que é a jaqueira do Tênis, ela está há dois anos mais ou menos abandonada. Existem já algumas informações de sócios que falam que ela está triste e que está com problema. Existe um pessoal do Clube, contratado, que faz o acompanhamento. Nós tivemos na gestão do Cappellano um problema sério com as palmeiras imperiais e chamamos o Instituto Biológico para fazer uma avaliação e eles fizeram. Então, a proposta é que a Diretoria na Área de Serviços Gerais ou Operações, que chama agora, chamar o Instituto Biológico ou outro que seja, porque o pessoal que está contratado e que trabalha para o Clube faz o do dia a dia. Esse negócio é muito complicado. E a segunda é com relação à falta de manutenção dos brinquedos do parquinho. Na sexta-feira que passou teve um menino de 8,9 anos que se machucou, se feriu na perna, fez um corte profundo. Levou 11 pontos. Então, tem a parte de que tem de

melhorar essa manutenção, principalmente no parquinho com as crianças. E um elogio ao pessoal da emergência médica, que atendeu prontamente e não teve maiores problemas. Então, é isso que peço: manutenção e cuidar da jaqueira. Obrigado.

Gilberto Maria Rossetti – ... duas questões. A primeira delas, salvo engano no início do mês de abril houve uma reunião de pessoas na pista de Atletismo, organizada por uma Assessoria Esportiva, Marcos Paulo Reis, contava com vários não associados participando. Foi divulgado, foi usado de maneira de propaganda, e tudo mais. Foi indagado quem seriam os convidados? Convidados por quem? Já que havia limitação, e tudo mais. Esse questionamento até hoje não foi respondido. Então, se a Diretoria pudesse esclarecer em que condições foi feito, já que foi uma questão corporativa que foi feita de propaganda da Assessoria Esportiva dentro do Clube. Se houve locação, se não houve, se eram convidados, qual a condição que isso aconteceu. E a outra questão de interesse dos associados. Quais foram as providências e quais têm sido as iniciativas da Diretoria com relação à segurança depois daquele triste episódio em nossa portaria do Boliche. Houve um incremento de pessoas da vigilância em todas as áreas, mas não foi perceptível outras providências ainda. Então, se a Diretoria pudesse esclarecer que tipo de providência vem sendo tomada, eu agradeço. Obrigado.

Felipe de Andrea Gomes – ... São três, quatro itens que recebi de associados nas alamedas. Um é para que a Diretoria possa apresentar a este Conselho estudos para maior oferta de bebedouros aos associados, o oferecimento da água da Casa, assim como é feito aqui no CCR e nos demais restaurantes, como O Ponto, que lá não é fornecido. E também que a Diretoria apresente a este Conselho, para que possamos levar aos sócios que assim nos questionam a maior oferta de carregadores de celulares, porque principalmente em alguns pontos onde há concentração maior de associados, as caixinhas não são suficientes e a grande maioria não está em condições de uso por falta de manutenção. Então, que a Diretoria apresente a este Conselho, além da oferta de água potável gratuita para os associados se hidratarem, também para carregar seus celulares. Também, outra questão um pouco mais delicada que associados me questionaram é em relação aos trabalhos da Comissão Permanente de Processamento e Julgamento. E aí eu tive a curiosidade de ler o Regimento Interno desta Comissão, e diz em seu Art. 5º, inciso VII, que há um relatório desta Comissão a ser apresentado anualmente ao Conselho. Não sei se já foi apresentado ou não ao Conselho, mas gostaríamos deste voto.

Presidente – Encaminharei ao Presidente da Comissão para que ele o faça, Dr. Felipe.

Felipe de Andrea Gomes – Agradeço imensamente.

Presidente – Obrigado. É um relatório anual, Sra. Maria de Lourdes está me dizendo que é apresentado ao Conselho, mas será colocado.

Item 4 - Várias.

Presidente – ... São 23h59, mas para permitir que todos possam usar da palavra eu vou prorrogar no máximo por mais meia-hora, por favor.

Berenice Gazoni – Obrigada, Dr. Manssur, gostaria de cumprimentá-lo, assim como a Mesa. Aproveitar este momento para lhe apresentar minhas mais sinceras condolências, meus pêsames pelo falecimento, pelo seu luto, pela sua tristeza da sua esposa dona Lucila.

Presidente – Obrigado.

Berenice Gazoni – ... O que me traz aqui, em quatro anos essa é a primeira vez que falo em Várias, por incrível que pareça tenho procurado sempre exercer minhas funções de Conselheira, falando e sempre trazendo aqui a voz do sócio, procurando transmitir a todos ou então o assunto que é apresentado pela Diretoria, discutindo sempre os interesses do Clube. Hoje não, hoje estou aqui para falar sobre algo muito desagradável, algo que me feriu profundamente, me feriu como Conselheira, como mulher, como pessoa que está aqui em defesa da liberdade de voto, da liberdade de expressão deste Conselho, que é muito importante, que é o órgão soberano do nosso Clube. Na semana passada, como o senhor bem sabe nós tivemos para julgar, não sei se a palavra correta é julgar, mas para decidir sobre a exclusão ou não de um sócio há mais de 60 anos. A decisão já estava tomada, porque todo mundo achou e todo mundo falou que realmente o que esse sócio fez foi imperdoável, era uma coisa que não poderia deixar de ser apenada, o que estávamos discutindo, esse foi o meu entendimento e também entendo que da maioria dos sócios aqui presentes qual seria a dosimetria da pena. Essa era a única questão que estávamos decidindo, até porque não tivemos, como não tínhamos tido acesso a todo o processo, tínhamos de nos basear naquilo que nos foi encaminhado.

Presidente – Eu encaminhei de capa à contracapa, Dra. Berenice.

Berenice Gazoni – Sim, o que nos foi encaminhado, mas me disseram que tinha mais coisa, eu não sei. Mas li o processo, li as decisões das Comissões, li o atestado do psiquiatra que o tratava. Era uma pessoa doente que estava com séria depressão, segundo o atestado do psiquiatra. Li as conclusões, ouvi atentamente o parecer dos advogados que aqui estiveram para defender ou para acusar, um lado e o outro, bem como fiquei atenta à decisão da Promotoria que julgou o caso pela condenação de dois anos sem frequentar a piscina. Era um assunto fácil para ser decidido? Eu vou dizer, em quatro anos que estou aqui foi a pior decisão que já tive de tomar, a pior decisão. Foi angustiante para mim em todos os sentidos, como mulher, como mãe, como avó, como sócia e mãe de sócio, temos 15 aqui da minha família aqui no Clube. Então, não foi fácil, é difícil. Não conhecia, como não conheço a vítima. Não conhecia, como não conheço o réu e tive o conhecimento das filhas somente que aqui estavam para entregar em mãos dos Conselheiros um pedido para que não expulsassem seu pai. Isso era tudo que eu sabia. Então, fiquei atenta a tudo isso e tomei uma decisão, uma decisão que é do meu direito, é direito do Conselheiro votar sim ou não nessas situações, é difícil, é dolorido, é muito dolorido seja qual for a decisão. Eu acho que foi dolorido também para aqueles que o expulsaram, assim como foi para aqueles que disseram que não expulsasse. Foi dolorido para todos nós. E é por isso que quero aqui dizer que a minha tristeza não foi só pelo fato de ter participado daquilo, de ter ouvido tudo, porque isso dói em cada um de nós como pessoa que somos, como seres humanos que somos, mas pelo que aconteceu depois, porque não vou entrar aqui no mérito de decisão, porque o caso julgado foi e julgado está e isso está terminado para mim. Mas não estão as consequências depois do que houve, o que foi colocado nas redes sociais deste Clube, o julgamento que foi feito dos Conselheiros que disseram não, isso não posso admitir, não posso, senhor Dr. Manssur. O que foi colocado nas redes sociais foram infâmias, foi uma caça às bruxas, melhor dizendo, uma caça aos Conselheiros desta Casa, em especial aos que votaram não. E pior, Dr. Manssur, em especial as mulheres que votaram não, essas então foram duplamente massacradas, porque mulheres somos. Como se nós não tivéssemos, como se nosso voto não tivesse o mesmo tamanho, o mesmo poder, a mesma importância do voto masculino, do voto de um homem. Nós mulheres temos os mesmos direitos, podemos votar e o nosso voto vale igual. Mas não, nesse site, nessa página as mulheres foram ainda mais massacradas. E para tristeza minha, com dor no coração tenho que dizer que por pessoas que inclusive eu aprendi a admirar aqui nesta

Casa pela sua competência, pelo seu esforço, pelo seu trabalho, que defendem as mulheres e que são contra, absolutamente contra a violência contra a mulher. Então, lhes pergunto, senhores: Isso não é uma violência, não foi uma violência contra nós mulheres, nós Conselheiras que votamos? E também aos Conselheiros homens, sim, foi uma violência. Nós fomos vítimas de machismo de homens e mulheres desta Casa e de sócios, porque da forma como foi colocada e é aí que digo que está a infâmia, foi colocado uma parte da história, um lado da história e o lado foi, claro, que o lado único e exclusivamente da vítima, que merece todo nosso amor, todo nosso carinho, todo nosso respeito, como aqui foi colocado incessantemente por todos os que me antecederam e falaram sobre esse caso, claro que sim. Mas não, nós fomos julgados, os nossos nomes foram expostos. Foi uma reunião que não tinha sido aprovada, que seria votação nominal, mas depois circunstâncias que sejam, foi nominal. E eu não me incomodo de dizer o meu voto, porque aqui nesta Casa mesmo, Dr. Manssur, o senhor há de se lembrar quando foi votada uma lei que foi entendida como censura das redes sociais, duas Conselheiras vieram aqui para falar pela liberdade de expressão. Duas e eu fui uma delas. Então, não tenho medo do meu voto porque sei que votei e voto sempre com consciência, procurando fazer o meu melhor. Não vou dizer que esteja sempre certa, acho que nenhum de nós acerta sempre ou erra sempre, mas sei que estamos aqui para fazer o nosso melhor. E foi terrível ver aquilo. Então, queria dizer, para não me alongar demais dada a hora, que essa censura que foi imposta a esses 52 Conselheiros, a essas mulheres é uma censura a todo este Conselho, os que votaram não e os que votaram sim também, porque essa foi uma votação, outras virão. E nós estaremos à mercê de um grupo que se acha dono da verdade e que vai dizer e julgar o que é certo e o que não é. Eu digo não a isso, eu digo não a esse cerceamento da liberdade, eu digo: Vamos continuar votando com a nossa consciência, com aquilo que é certo sem medo. E as Conselheiras que foram tão violentadas, como eu fui, como me senti, meu abraço, meu carinho e principalmente aos sócios, todos eles que tiveram que participar, muitos pais levados a acreditar numa coisa, assustados com o que foi colocado na rede: Então, não temos mais segurança no Clube, então meus filhos, meus netos, como é que é. Uma coisa terrível que foi colocada. Quando nós sabemos muito bem que essa não é a realidade, uma questão que foi levada pelo lado político: Não vote nesses, não vote naqueles. Olha, pergunte para quem votou, em quem votou, como votou. Não, sabe, sem nenhuma explicação, de um lado só. Então, vou dizer a vocês, tenho mais dois anos neste Conselho, aqui pretendo vir, continuar defendendo aquilo que acho certo, correto, com total independência e com a graça de Deus. Muito obrigada.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Poderia fazer um comentário? Estou plenamente de acordo com o seu discurso no que diz respeito à liberdade de expressão e do voto nesta Casa. Dr. Manssur sempre nos ensinou que aqui é uma Casa de debate de ideias.

Berenice Gazoni – Sim.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Já tive vários debates ideológicos com o Dr. Manssur em polos opostos, mas nunca deixamos de orar um pelo outro.

Berenice Gazoni – Perfeito.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Nesse sentido existe o inciso X – Se estiver falando errado juridicamente...

Presidente – Art. 4º, do Estatuto.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – Não é do Art. 4º aqui, estou pegando o Art. 34, do Regulamento Geral. ... Ele diz que é dever do associado tratar a todos com respeito e urbanidade, manter irrepreensível conduta moral e portar-se com absoluta correção nas dependências do Clube. Podemos questionar se a rede social é uma dependência do Clube ou não, mas não podemos deixar de lado que o efeito da rede social dá-se dentro das dependências do Clube. E nesse sentido a senhora fez um pronunciamento muito estruturado, a minha pergunta é: A senhora fez este depoimento também, considerando esse inciso X, do Art. 34?

Berenice Gazoni – Não fiz, eu fiz esse depoimento, sou absolutamente sincera, pelo que vi, pelo que li. Não me manifestei na rede, porque era tanta colocação. Eu vi pessoas que se manifestaram, pessoas que tentaram se manifestar. Teve uma conhecida, mãe de um Conselheiro, mulher de um Conselheiro até tentou dar uma explicação maior, foi simplesmente achincalhada. Teve que retirar o seu post. Então, falei, não dá. Quando você vê que houve um direcionamento e um direcionamento político de uma questão triste, dolorida, difícil como foi para todos os Conselheiros, tanto que a votação foi 92 a 52 e 60 não compareceram. Era uma decisão difícil eu acho para todos, o sim ou não ao certo e ao errado é cada um com sua consciência. E só estávamos decidindo isso, a dosimetria da pena, apenas isso, porque era uma decisão irrevogável, era uma decisão que não teria volta, estava complicado, difícil, excluindo para sempre um senhor de idade, há mais de 60 anos sócio, que nunca tinha tido um caso.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva (fora do microfone) – 66.

Berenice Gazoni – Quer dizer, é mais complicado para todos. Por outro lado, havia uma mulher atacada de uma maneira ignóbil, pelas costas, covarde. Então, era complicado tudo isso, era dolorido. Agora, se aproveitar desse fato para fazer política, para fazer campanha, para usar e fazer com que a imagem dos Conselheiros, achincalhar com esses 52 Conselheiros e com essas Conselheiras como se coração não tivéssemos.

Eduardo de Azevedo Marques Strang (fora do microfone) – Mandando lista de nome, né?

Berenice Gazoni – Mandando lista de nome, pessoas dizendo...

Presidente – Gostaria de fazer uma intervenção. Com a licença do Sr. Brazolin. O pronunciamento da senhora é histórico, os que aqui estão eu tenho de prestar alguns esclarecimentos. Já disse isso várias vezes, Dr. Carlos, por favor, peço a sua licença, quando no Plenário, enganam-se – Sou um eterno aprendiz, estudo a vida toda, é essa a minha posição – enganam-se aqueles, Sra. Berenice, que acham que rede social é tribuna livre, que acham que rede social é um campo e um terreno sem fronteiras. Não é algo que tenha partido institucionalmente da, desculpe repetir, Instituição Esporte Clube Pinheiros. Esse é um ato de alguém – Eu não li porque não tenho o hábito de ler rede social. Leio algumas outras coisas um pouquinho mais importantes, mas rede social não leio. Não leio porque, é só os senhores pegarem Umberto Eco que vão ter a resposta do que quando lhe perguntaram o que ele entendia de rede social, de Twitter, e é Umberto Eco, que é dos maiores pensadores já havidos neste último século XX. O ato foi praticado unilateralmente. Aquele que se sentiu ofendido, atingido e vejo a ira santa da senhora – São Tomás de Aquino diz que a ira santa é admissível em várias hipóteses – têm os meios cabíveis para coibir esse tipo de ação. O que quero deixar para os que aqui ainda estão é que não partiu absolutamente nada do Clube. 2) não posso agir, não sei se a pessoa teria foro por prerrogativa no Conselho ou não, eu não posso agir ex officio. Eu posso agir provocado se estiver nos limites da minha jurisdição. Agora, que é lamentável, é profundamente

lamentável. E isto já foi dito aqui, é uma prática que se traz externa para internamente, de quem acompanha a vida externa está vendo todos os dias o que está acontecendo com essas “inadequadas manifestações em redes sociais”. Por isso eu compartilho da sua manifestação, peço licença apenas para esclarecer que a votação não foi nominal, o que houve e é previsto regimentalmente foi verificação de contagem, porque quando se fez, por isso que veio o aparelho eletrônico de votação, alguns lá: Não. Outros aqui: Sim. Então, na dúvida e estávamos a discutir princípios de ambos da dignidade da pessoa humana, eu já tinha isso em mente, fui buscar a segurança jurídica e fiz a verificação, conforme previsto no Regimento, nominando. Não consta em Ata, porque a votação nominal quando é aprovada não consta em Ata quem votou. Na contagem, é uma mera contagem, não consta em Ata. Concluo, na votação simbólica era difícil de definir o resultado visualmente. Na verificação de contagem o resultado deu-se pelo dobro. Os senhores são suficientemente inteligentes e eu tenho absoluta certeza disso, nenhuma dúvida, para saber por que na simbólica quase ficou emparelhado e na hora da identificação das pessoas houve praticamente o dobro: foi 98 a 52. Então, são considerações que os senhores devem levar em conta. O que se passou momentos atrás – Já está encerrado como disse a Dra. Berenice – foi votado de acordo com a consciência e ciência, o que significa, as nossas contas são apreciadas até pelo Ministério, que nos dá valores, isto tudo tem que ser levado em conta, isto tudo tem que ser analisado na hora de se votar, até o voto de síndico é importante para não termos os problemas decorrentes de um voto não tão amadurecido. Eu tinha que dar essas explicações à senhora, a votação foi contagem de votos. A votação foi simbólica, fiz a contagem para ter segurança. Não partiu de um órgão institucional do Clube e as pessoas, estou ouvindo isso da senhora, ouço comovido, têm as medidas regimentais e estatutárias para, em assim entendendo, adotar as medidas cabíveis no âmbito da competência de cada órgão. Me desculpe, Dr. Carlos.

Carlos Alberto Pacheco Brazolin – Primeiro, quero agradecer a Dra. Berenice a coragem de levantar essa bandeira, porque aquilo foi um verdadeiro absurdo. Aquele homem estava inconsciente. Não conheço ele nem ela.

Presidente – Dr. Carlos, a objeção da doutora foi com relação não ao mérito, mas com relação à repercussão em rede social do que se decidiu.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva (fora do microfone) – É que o nome dele está lá.

Carlos Alberto Pacheco Brazolin – Dr. Manssur, é que ela levantou uma bandeira e quero compartilhar essa bandeira. O ato daquele senhor que fez 60 e tantos anos de Clube...

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva (fora do microfone) – 66.

Carlos Alberto Pacheco Brazolin – 66. ...foi um ato impensado. O desse covarde desse camarada que foi a uma rede social foi bem pensado, foi premeditado: nome por nome. Não me preocupo, meu nome está lá, não estou preocupado com isso de jeito nenhum, mas nós devemos levantar uma bandeira e saber o que o Clube, o que o Conselho, o que a Diretoria pode fazer com uma pessoa desse tipo. Uma verdadeira covardia, ele não poderia ter feito isso nunca, uma questão de ética, de companheirismo. Quem é esse homem? Eu não sei quem é.

Berenice Gazoni – Também não sei.

Carlos Alberto Pacheco Brazolin – Mas devemos, já que a senhora puxou o assunto, devemos procurar os outros colegas. Não são prejudicados, são heróis até, porque uma votação de 90 para 50, mais ou menos bateu.

Berenice Gazoni – Sr. Brazolin, realmente, não quero aqui discutir a questão do mérito, pensei muito e votei com aquilo que achava, analisei tudo.

Carlos Alberto Pacheco Brazolin – Sim.

Berenice Gazoni – Então, acho, mas não só eu, porque se defendo o meu direito eu defendo também de todos os demais que votaram e entenderam diferente. Então, não vou aqui dizer que os que votaram sim foi injusto, os que votaram não. Não, eu respeito. O que queria, esse recado que queria trazer é exatamente essa questão do respeito pelo voto do Conselheiro, o respeito que se tem que ter, porque se um grupo, um pequeno grupo, foi só um lado da questão, e se arvora como dono da verdade, todos nós em quaisquer questões que viemos a votar estaremos sujeitos, Dr. Manssur, a sermos condenados e execrados. Daqui a pouco quem vai ousar até a ser Conselheiro com essa espada, com essa guilhotina na sua cabeça de julgamento, é isso, entende, isso foi terrível.

Presidente – Mas, Conselheira Berenice, o que quero dizer para a senhora é que a rede social usada desta forma inadequada não se subsume ao meu poder de polícia.

Berenice Gazoni – Não, Dr. Manssur, por favor, não estou pedindo ao senhor nenhuma ação, absolutamente nem ao senhor nem à Mesa, o que estou fazendo aqui é uma fala para meus colegas de Conselho, homens e mulheres, a essas mulheres que votaram não, a essas que defendem a violência contra a mulher e esquecendo que o ataque à honra, que o ataque à liberdade de expressão de mulheres é tão violento quanto. Não é só a violência física que nós mulheres sofremos, nós sofremos outro tipo de violência. E me senti violentada com essas colocações, porque injustas foram, porque um lado foi colocado. É isso. Muito obrigada.

André Guena Reali Fragoso – Dr. Manssur, só um aparte. ... Dra. Berenice, só uma situação.

Berenice Gazoni – Desculpe-me.

Láís Helena Pinheiro Lima e Silva (questão de ordem) – Uma questão de ordem. Não estamos em Várias, então a gente tem que ir para Várias, não aparte.

André Guena Reali Fragoso – Só uma situação que acho importante, só um esclarecimento. Dr. Manssur, a gente teve três assuntos polêmicos no mês de março.

Presidente – Sim.

André Guena Reali Fragoso – A gente teve toda uma preocupação para montar as pautas, respeitando o que era secreto ali. E nesse caso, talvez por não envolver menores, ao contrário dos outros dois, mas tinha observação de ser secreto, evitar passar essas informações para terceiros.

Presidente – Vou explicar.

André Guena Reali Fragoso – Talvez a Dra. Berenice, até para preservação dela.

Presidente – Vou explicar, Dr. Fragoso. O processo tramitou totalmente público, da primeira instância até a final. O senhor mesmo foi o Relator do parecer da Comissão Jurídica, em nenhum momento houve essa alegação. O Plenário, por isso que digo aos senhores, repito, a leitura desses cadernos – Vou falar bem alto para os senhores ouvirem – a leitura disso aqui é importante, para nós legisladores, é uma recomendação que faço. Aberta a reunião, Art. 28, do Regimento Interno do Conselho Deliberativo: qualquer Conselheiro pode pedir que a reunião seja secreta. Ninguém pediu, nem a defesa que, aliás, brilhante, ambas as advogadas, ninguém solicitou. Eu não posso agir ex officio – O senhor é um brilhante advogado – eu aguardava. Ninguém pediu votação secreta. Pergunte à Maria de Lourdes, todas as urnas estavam aqui e nós confeccionamos as cédulas. Ninguém pediu. Agora, o que ocorreu depois evidentemente não está, Dr. Miller, no nosso controle. Os senhores que porventura entenderem que, como a Dra. Berenice Gazoni falou, Dr. Carlos Brazolin, Dr. Miller se for essa a linha, Dr. Fragoso, os senhores podem representar. Se é associado é perante a Diretoria, se não for associado é perante a Diretoria para encaminhar à Comissão Processante de Julgamento, para apreciar se a divulgação que ele fez desbordou da linha de uma mera informação para evidentemente outra conotação. Agora, o que não posso é agir ex officio. Eu tinha que dar esse esclarecimento ao Plenário, que não partiu obviamente com a chancela do Conselho em absoluto. Com relação à reunião secreta eu aguardei, nem a defesa pediu, nem os Conselheiros pediram. O processo tramitou publicamente desde 2019, não começou na minha singelíssima gestão. Fui levando. Com relação a trazer o assunto aqui, também quero dar uma explicação, que me perguntaram. Ambas as partes e é correto isso, ambas as partes, porque tramitava, Dr. Montoro, desde 2019: Vamos julgar, porque é uma espada para um e para outro. Eu nada mais fiz senão cumprir o meu dever. Marquei para início de abril. Não pôde ser realizado por um pedido da defesa, com razão. A outra parte concordou. Eu trouxe para a primeira reunião e convoquei uma Reunião Extraordinária para isso.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva (questão de ordem) – Desculpe-me, estamos no adiantado da hora, estou inscrita para falar. ... Acho que as pessoas querem ir embora.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – ... Rapidamente, Sr. Presidente, devido ao adiantado da hora, eu não poderia também deixar de vir a esta tribuna, essa é minha última reunião como Conselheiro, esse é meu 4º mandato consecutivo, que tenho a honra de integrar este Conselho. Então, gostaria inicialmente de cumprimentar a Mesa do Conselho, seu empenho, o senhor que foi o Presidente do Conselho que mais tempo ocupou essa função. Eleito democraticamente pelos nossos Pares aqui e exerceu sempre com muita competência. Acompanho seu trabalho desde criança, quando frequentava as reuniões do Conselho, onde sentava ali juntamente dos associados, acompanhando as reuniões do Conselho e meu pai, que era Conselheiro. Fui eleito a primeira vez em 1998, completo agora 24 anos como Conselheiro, fui eleito em 2004, 2010, 2016 e nesse período passei por inúmeras gestões tanto na Presidência da Diretoria quanto no Conselho: Presidente Betinho, Presidente Kalil, Antonio Rudge, Antonio Moreno, Dutra, Cappellano e agora Ivan Castaldi. No Conselho o saudoso Muca, José Edmur Vianna Coutinho, um grande amigo do meu pai, Lazzarini, Paulo Castanho, de quem fui Vice-Presidente, depois Fasanaro, o senhor, Collet, Célio e agora o senhor novamente. Presidente, ao longo desse período eu sempre procurei debater neste Plenário com muito respeito, mesmo quando estava como oposição à Diretoria de então e sempre me colocando de forma muito serena, sem radicalismos. Me lembro numa ocasião, quando o Presidente era Sérgio Kalil, eu era integrante da oposição – Isso vale muito para o momento difícil político que vivemos hoje no Clube – na ocasião o Kalil por sugestão do ex-Vice-Presidente do Conselho, saudoso

Helio de Maria Penteado, Kalil me convidou para integrar um Fórum Pinheiros Futuro, que era um fórum que planejava o Clube no longo prazo. Aceitei o convite, porque entendi que aquele convite era para um Conselheiro, mas isso não significava adesão à Diretoria de então. A chapa que eu integrava ficou muito brava comigo, os integrantes da chapa achavam que eu estava mudando de lado, etc., e eu nunca dei ouvidos a isso. Eu sempre exerci o meu papel aqui, na ocasião até integrei esta Comissão do Fórum Pinheiros Futuro com o ex-Presidente Arlindo Moura, com quem aprendi muito naquela ocasião. Enfim, ao longo desses anos todos, como Vice-Presidente do Conselho, Membro da Comissão Jurídica nos últimos anos para mim tem sido um grande aprendizado e uma honra integrar esta Casa. E acho que o Conselho tem que discutir mais assuntos com profundidade, importantes e menos essas picuinhas políticas.

Presidente – Não tenho dúvida.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Nós temos aqui assuntos relevantíssimos, como a revisão do Plano Diretor. Outro ponto muito importante, que já foi colocado aqui nesta reunião, que iremos discutir também aqui, o Plano Diretor de Bares e Restaurantes, que costumeiramente, aliás, hoje mesmo foi apontado aqui o déficit no setor de Bares e Restaurantes, que é histórico e que temos que enfrentar esse problema, melhorando a qualidade do serviço, etc. Então, Presidente Manssur, agradeço ao senhor, toda a Secretaria do Conselho, aos colegas Conselheiros, aos associados. De qualquer forma quero deixar aqui consignado a minha gratidão ao Clube por tudo que vivi no esporte, no Tênis principalmente e neste Conselho nos últimos 24 anos. E que deixemos, claro, sem cada um abrir mão das suas convicções políticas, partidárias e ideológicas, mas deixemos de lado as picuinhas e pensemos no Clube, que é o que é mais importante. Se assim não fosse, o Clube não teria chegado nesses 122 anos da forma que chegou. Muito obrigado.

Presidente – Nós é que agradecemos. Eu recebi a informação agora, em homenagem à Dra. Berenice, ao Dr. Carlos, só para os senhores terem uma ideia, estamos todos aqui reunidos, já está na rede social o resultado da votação do item anterior. Estamos aqui, não temos ingerência nenhuma, Dr. Novaes, sobre isso, já me informaram que está na rede social o resultado da matéria principal da Ordem do Dia.

Andreas de Souza Fein – Dr. Manssur, só um comentário, complementando, inclusive pela mesma pessoa que postou aquele post nojento, ignóbil, uma vergonha aquilo que foi feito.

Presidente – Acabei de receber a informação. Se os senhores verificarem, aí é que está, as pessoas não tomam conhecimento de muitos preceitos. Rede social não é terreno sem lei, enganam-se aqueles que entendem que rede social é local onde a lei não incide, estão enganados.

José Julio Bastos da Veiga Junior – Dr. Manssur, por favor. Só complementando o que o colega falou, além de estar na rede, já está com o nome das pessoas. ... A foto do que nós votamos aqui, lamentavelmente.

Presidente – Aí é que está. Evidentemente que existem os meios cabíveis para coibirmos isso.

Carlos Edmundo Miller Neto – ... Vou tentar ser bastante breve, só que não vou deixar de concordar plenamente aqui com a Conselheira Berenice, fiquei apaixonado, essa que é a verdade.

Presidente – É verdade.

Carlos Edmundo Miller Neto – Realmente o que ela falou tem tudo a ver com o que penso aqui nesta Casa. Isso foi uma atitude ignóbil, como falou o Andreas, foi chauvinista, é algo inadmissível. Mas, Dr. Manssur, venho aqui, o senhor sabe que, o senhor sempre tem muita paciência, conversamos já algumas vezes, eu sempre fico preocupado com o que é a estrutura. O Clube funciona, como falou o senhor, falou o Dr. Fasanaro e outros aqui no passado, porque tem Regimentos, porque temos Estatuto, temos Regulamento e é muito importante a estrutura. Hoje o que vimos aqui e classificado por diversos Conselheiros, colegas de Conselho foi uma atitude política. Acho que isso foi uma atitude de consequência do estado atual dos nossos Regimentos, daquilo que foi organizado no passado e que hoje, com a velocidade da informação, como o senhor falou agora há pouco: Acabamos de votar, está nas redes sociais, muita gente sabendo. Vários aqui consultando. O senhor mesmo, quando se sentou aqui no Plenário o senhor consultou algumas redes – Estava duas poltronas atrás, tive oportunidade não de ver o que o senhor consultava, mas o que o senhor fazia – Acho que nós precisamos dentro desse movimento, dentro de reestruturação, reestruturação do nosso Regimento, Estatuto, etc., ter um grupo aí, sugestões e tudo mais, acho que nós precisamos eliminar um ponto que sempre me deixou muito incomodado. É que um Conselho, um Parlamento como o nosso funciona não só aqui, que é o que vimos hoje, mas ele funciona muito através das suas Comissões. Acontece isso na Câmara dos Vereadores, Assembleia Legislativa, no Senado, na Câmara Federal. O que são essas Comissões? Essas Comissões representam o que são os Membros do Parlamento e nós aqui votamos para os Presidentes "the winner takes all", isso é um grande erro, por quê? Porque nós temos Comissões que se tivermos 51% dos Conselheiros alinhados com a Diretoria e elegendo os Presidentes dessas Comissões vem tudo acontecendo do jeito que ditatorialmente, por favor, não quero dizer da atual gestão, mas de quem está no comando do Clube – Participei de uma gestão e sei quanto é difícil participar de uma gestão, o trabalho que existe. É um trabalho voluntário. E se tivéssemos aqui as nossas Comissões proporcionais, ou seja, se fizéssemos, um exemplo apenas, mas se votássemos: Olha, tem 10 candidatos para a Comissão, vamos falar de Finanças, o mais votado é o Presidente, o segundo mais votado é o Vice e assim por diante. E cada Conselheiro votaria apenas num candidato, de forma que vamos ter no final uma proporção. Depois dos cinco Membros, os restantes seriam Suplentes na ordem decrescente. Estou dizendo isso, porque é muito mais fácil e muito mais propício, muito melhor para o Clube você discutir todos os elementos antes de chegar e de certa forma ter pesos e contrapesos com o que é a gestão, do que chegar aqui e fazer o que foi feito hoje, porque evidentemente foi um gesto político e...

Presidente – Não tem dúvida.

Carlos Edmundo Miller Neto – ...como o senhor disse em recurso, como, aliás, imagino que deva ter até recurso, viu, Dra. Berenice, não sei, mas acredito que até da decisão da semana passada de alguma forma pode ser que até tenha recurso. Não sei, mas essa terá recurso, mas é político. E teria sido evitado se nós tivéssemos feito essas discussões já de uma maneira proporcional ao que é esta Casa. Então, vim aqui, Dr. Manssur, para deixar registrado a necessidade de termos de atualizar os nossos Regimentos, Plano Diretor e tudo mais que existe no Clube, isso é um trabalho desta Casa, de forma que atenda à maneira como vivemos hoje. Hoje nós vivemos pendurados em redes sociais, nós temos informação, temos uma série de elementos que não existiam há 10 anos. Pois não, estou vendo o Andreas aqui.

Andreas de Souza Fein – Me dá licença. ... É um comentário. Acho que realmente, como você comentou, um Parlamento quando funciona bem ele tem que ser fragmentado de preferência, porque aí você tem uma diversidade de ideias e forçosamente você tem o debate. Acho que o excesso de regramento às vezes é um pouco...

Presidente – Asfixia.

Andreas de Souza Fein – Asfixia, e tal. Então, só quis trazer um comentário para sua observação que é o seguinte, as Comissões que nós temos hoje, não sei a composição de todas elas de cabeça, mas de quatro, até de cinco, que conheço um pouco mais, existe uma diversidade grande. Da minha Comissão é um de cada chapa. Aliás, um de cada chapa, infelizmente não consegui completar a Comissão e tem até um associado que não é Conselheiro. A Comissão de Obras também me parece que tem pelo menos três ou quatro chapas. A Jurídica acho que tem três chapas. A de Esportes tem acho que quatro chapas, ou três chapas pelo menos. A de Higiene e Saúde também. Então, concordo com a sua observação, mas acho que a fragmentação que está acontecendo aqui em nosso Conselho, pessoalmente, opinião pessoal minha, acho salutar. Discordo de homogeneidades, unanimidades, até por isso que também concordo integralmente com o que a nossa Conselheira Berenice falou, mas só fazendo uma contribuição para sua fala, acho que o nosso sistema, a nossa estrutura, que acho que é uma das razões de nosso sucesso, nós temos uma estrutura que é observada nos seus defeitos ou oportunidades de melhoria, já está forçando a que aconteça isso. E gostaria que continuasse forçando para que acontecesse isso, porque acho que é um passo saudável. Desculpe-me ter interrompido.

Carlos Edmundo Miller Neto – Andreas, eu só vou fazer um comentário. O nosso sistema político hoje, é um assunto que gosto muito, nós temos dez chapas. Você diz que está fragmentado e cada Comissão têm diversas chapas, só que a gestão maior do Clube hoje são sempre as mesmas chapas. Ou seja, há uma diversidade entre as mesmas chapas, não tem nenhuma Comissão que tenha hoje da ordem de 35% ou 40% do Conselho e que não participa. O que estou dizendo é que nós deveríamos ter uma proporção dos membros de todas as Comissões, que não seja só esse rodízio entre as mesmas chapas que apoiam a Diretoria. O que estou dizendo é que deveríamos ter uma diversidade maior, inclusive porque a oposição pode ajudar muito. Aliás, me lembro que se falava aqui – Não sei se o Claudio ainda está aqui – mas quando foi feito o Plano Diretor para as obras deste prédio, para a garagem, etc., a grande preocupação do Presidente à época é que ele tivesse gente da oposição nas Comissões de acompanhamento. Então, veja, estou trazendo alguma coisa que acho que é uma mudança necessária, mesmo porque a nossa política é bem fragmentada. Então, em resposta ao que você falou eu coloco isso.

Presidente – Sabe o que acontece, Conselheiro Miller, não existe essa previsão. Nós estamos em fase de reestruturação do ordenamento institucional. É uma proposta que seria muito interessante o senhor trazer, porque realmente, eu disse isso fora daqui, nós temos 33 partidos políticos fora, mas não sei se temos 33 ideologias desses partidos. Aqui nós temos nove partidos políticos, não sei se há nove ideologias. Mas essa é uma proposta que o senhor tem que trazer, enquanto ela não tiver é esta regra. No dia 30 não vai dar tempo, os senhores vão votar para Presidente do Conselho, Vice-Presidente do Conselho, Presidentes de Comissões, Comissão de Sindicância e para os 10 integrantes da Comissão de Processamento e Julgamento.

Carlos Edmundo Miller Neto – "the winner takes all", esse é o ponto.

Presidente – É isso aí.

Carlos Edmundo Miller Neto – Agradeço a todos. Boa noite.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva – Boa noite. Já estou até com tudo escrito para não ser muito prolixa, Dr. Manssur. Já cumprimentei, mas fazer todos os cumprimentos de praxe novamente. Aqui é uma lembrança muito importante, histórica do Clube. Nós temos um distintivo DEA, não sei se o senhor sabe, né, o distintivo alemão.

Presidente – Sim.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva – E ao fazer parte atualmente de uma equipe Master de Natação, que recentemente retomei essa atividade, depois de 50 anos sem nadar, junto com essa equipe de forma tradicional eu entrei em contato com tantas pessoas de idade que estão ainda na ativa e fiquei encantada com esses senhores, têm de 70, 80, 90 anos medalhando pelo Clube, representando o Clube em várias competições maravilhosas. Estou encantada com esse pessoal. Acho que a gente deveria fazer, não tive tempo de fazer o voto de louvor, mas gostaria se desse ainda tempo de fazer, a todas as equipes Master deste Clube, que são excepcionais, são técnicos que estão abnegados mesmo, que gostam de trabalhar com a terceira idade, chamo de melhor idade também. Hoje chamo de envelhecimento, porque eles não são velhos, eles são adolescentes com a idade madura. E esses senhores estão organizando novamente para o dia 30/4 agora mais uma nova competição. Gostaria que vocês participassem ou fossem à pista de Atletismo nesse dia, que vai durar o dia todo as inscrições, para vocês participarem de antigas competições que haviam nas épocas das Olimpíadas das antigas. Então, é arremesso de bola, é um saltinho em altura, coisas muito interessantes, tem natação também, atravessar a piscina de certa forma com alguns estilos. Vale a pena vocês participarem, assistirem a esses senhores, é encantador. Nós vamos inclusive receber as medalhas agora na próxima semana, no dia 26, quarta-feira agora, dia 26, às 20h, estão convidados, vai ser na Sede Social, no Pró-Memória, nós vamos receber as medalhas de quem participou das competições do ano passado, os medalhistas Master. Vai ser uma congregação muito interessante, muito bonita de a gente relembrar. É uma atividade que vocês podem ver, que já está saindo até nas redes sociais agora, é uma cerimônia em que vão ter esses convidados e gostaria de fazer uma homenagem à técnica, que é a Giseli Caetano Pereira, uma medalhista mundial também, que hoje é nossa técnica e se emociona só de falar sobre todas essas atividades máster. Para completar, gostaria de dar essa honraria para todo esse grupo e para os máster de todo o Clube, inclusive à técnica nossa específica, a Giseli. Para completar, gostaria de dizer que já há 36 anos neste Conselho, é a primeira vez que vejo inclusive, estou compactuando aqui com essa situação política que está até me deixando um pouco “revoltada”, Dr. Manssur.

Presidente – Não tenha dúvida.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva – Não faço a mínima questão de continuar sendo Diretora ou continuar sendo Conselheira, ser eleita ou não, o que me importa é ser a pessoa que veio para este Clube, nasceu neste Clube e já está na 4ª geração de associados, que estudaram na Escolinha, eu, meus filhos, minhas netas, enfim, e ver as situações que a gente viu. Achei essa Conselheira, cada vez que ela vem à tribuna eu fico mais encantada com ela, porque ela fala as palavras que gostaria de dizer com essa facilidade que você tem de se expressar. Mas, enfim, é uma tristeza muito grande, há 36 anos que estou no Conselho e ver essa disparidade.

Presidente – A polarização atual nunca houve, estou aqui esse tempo e nunca vi.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva – E nunca vi o esporte não ter sido apoiado dessa vez. Sou do esporte, sou uma professora de educação física, então, sinto na pele o que é a tristeza de ver o esporte ser execrado, da maior necessidade que ele está passando neste momento. Hoje, Dr. Manssur, passei no 3º andar, onde havia antigamente os alojamentos, porque o Poliesportivo foi feito para isso, para ter todo o esporte dentro daquele prédio. Não foi à toa que aqueles gestores daquela época construíram aquele edifício, para que tivesse uma portaria separada e que pudessem entrar os esportistas, deixassem os ônibus das delegações estacionados de forma segura dentro do prédio. Nós tínhamos uma lanchonete de atletas, eu me lembro de tomar meu lanche de atleta ali, que era uma delícia. Nós tínhamos tudo para atleta e um dia começou a vir outras gestões: Não, aqui tem que tirar essa quadra, fazer um Fitness, tem que tirar isso aqui e fazer isso. Quer dizer, tudo bem, virou Social, ficou lindo, maravilhoso, como sempre ficaria em qualquer outro ponto do Clube, né. E na época, Dr. Rudge que quis fazer o Fitness lá, eu me lembro bem, como gente da área esportiva falou: Nós temos quadra, tem que ter jogo de futebol, de basquete, esgrima, tudo era lá. ... Só gostaria de deixar claro que as gestões vêm e não são burras, são pessoas inteligentes, são grandes Presidentes que tivemos, que tiveram a inteligência de fazer as coisas como foram feitas. E de repente estamos não só com essa disparidade política quanto também com intenções de mudar o Clube a Deus dará, da forma que tiver e virar uma colcha de retalhos e nós temos espaços para isso. Agradeço demais, quem sabe estejamos aqui novamente ou não, se não muito obrigada, porque isso aqui me ensinou muito, Dr. Manssur, sou o que sou hoje pelo que aprendi dentro deste Conselho. Muito obrigada.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – ... Uma pequena manifestação, outro dia em sua sala tratamos desse assunto, né, da polarização que existe no Clube. ... Acho que isso está sendo péssimo.

Presidente – Não tenha dúvida.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Sou Conselheiro novo, estou aqui há dois anos e vejo cada vez pior. Já tivemos uma PO retirada, hoje tivemos essas contas rejeitadas, questão das redes sociais com divulgação dos nomes. Fui contra, acho que é equivocado, não deveria acontecer, mas vai acontecer porque hoje o mundo é assim, infelizmente não tem como, a não ser que seja secreta, como foi a do menino que não se divulgou nada, vai acontecer.

Presidente – E o senhor sabe que mesmo aquele havia um pedido de ser público, Dr. Guilherme está aqui, Dr. Ricardo, eu não deixei porque havia interesses indisponíveis.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Exatamente.

Presidente – Evidentemente que não posso transformar tudo em secreto, porque a regra é a publicidade, não é, Dr. Paradedda, a secretude é exceção. Agora, se a pessoa vem, foi o que ocorreu na última, ou grava ou anota e depois divulga. Como hoje, que não dava nem para se ver, ele gravou ou viu e publicou, isso evidentemente fica de foro íntimo de cada pessoa.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Foro íntimo de cada pessoa e acredito que no momento que passamos a ser Conselheiros temos de estar preparados para esse tipo de questão. Então, vai ser divulgado cada vez mais, as redes estão conflagradas, muito, e resta lamentar aqueles que não tem o bom senso de fazer as coisas para não prejudicar as

outras pessoas, como a dona Berenice ficou tocada, etc. Então, não sei o que dizer, depois daquela nossa conversa acho que piorou, até a Diretoria atual e as próximas que vierem resolverem abrir o diálogo com todas as vertentes do Clube nós não vamos ter solução para isso.

Presidente – Dr. Paradedda, tenho me empenhado, como aqui, todos os dias, no diálogo entre todas as formas. Os senhores viram que no momento, apesar da ênfase, é próprio, enfim, da minha profissão, eu cheguei a colocar que sou procurado diariamente ou um dia sim, um dia não, para fazer essa harmonia. Eu busco fazer, não tenho tido a receptividade necessária. Concluo para os senhores, dizendo o seguinte: Ontem o Presidente da França, e o debate foi árduo, os senhores viram o discurso dele, pedindo a reconciliação nacional. Hoje grandes políticos do Brasil pedindo o diálogo e o entendimento nacional. A união de todas essas forças poderá trazer o melhor para o Clube. Esta polarização, esta forma de se conduzir, onde há uma nítida divisão está trazendo prejuízos. As contas, o senhor bem colocou, essas contas, nós temos, e está aí um mestre, nós temos recursos públicos aqui investidos. Amanhã, se sabe da rejeição as consequências eu não sei. As pessoas votaram, o voto é soberano e independente, se fizeram com ciência e com consciência cada qual no seu foro íntimo vai deliberar. Mas o voto, até para síndico de prédio, com todo respeito, é muito importante, há que se meditar com tranquilidade e fazer a análise antes de manifestar-se sua vontade. É isso que coloco, se nós não formos buscar entre todas as vertentes políticas que me procuram quase que diariamente, um dia sim, outro também, e buscarmos esta paz, esta união, esta harmonia eu não vejo um horizonte mais adequado para o Clube, eu vejo com muita preocupação.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Encerrando, Dr. Manssur, eu acho que cabe à Diretoria, que é a maior interessada nisso tudo, quando chama os partidos para conversar, infelizmente algumas vezes promete certas coisas que depois não são cumpridas. Aconteceu comigo, estive presente com o senhor seu sobrinho, o Luiz Fernando e outras pessoas, isso causa um desconforto enorme, já vem causando e a gente está vendo o resultado aqui.

Presidente – Isso reflete aqui, não tem dúvida.

Paulo Eduardo Blumer Paradedda – Então ou nós vamos realmente tentar apaziguar isso e “cumprir a palavra quando é dada” ou não sei aonde vamos parar. Essa era minha manifestação. Obrigado.

Laís Helena Pinheiro Lima e Silva – Manssur, deixe-me só falar uma coisinha que esqueci. Dra. Berenice, sabe que nem dormi mais por causa daquela família, porque a família está destrocada. Tenho certeza que a gente precisaria dar um apoio a essa família, não sei de que forma, Dr. Manssur. Essas meninas me telefonaram, fiquei 1 hora e meia com elas ao telefone. É triste demais, a família inteira destrocada, dos dois lados, né.

Presidente – Dos dois lados.

Cândido Padin Neto – Boa noite, Dr. Manssur, já lhe dei os pêsames pela perda de sua esposa, pessoa maravilhosa, deve ter sentido muito. Estar aqui hoje e tomar à frente deve ter sido algo para o senhor...

Presidente – Foi acima das minhas forças, mas tinha de cumprir o meu dever.

Cândido Padin Neto – Quero parabenizá-lo, talvez a gente não se veja até o final, vai ter as eleições, pela sua conduta séria, honesta, íntegra durante todo esse período que estivemos e que o senhor esteve à frente desta Mesa, e a toda a Mesa. São pessoas que gosto, tenho maior carinho por todos vocês.

Presidente – Muito obrigado, Dr. Padin.

Cândido Padin Neto – Toda essa situação que vimos e estamos vendo, por isso que tomei essa iniciativa junto com um grupo de associados para que o Clube repensasse numa profissionalização. Vi alguns falarem aqui de valores, mas os déficits do Clube são altíssimos e cobre qualquer custo de uma profissionalização. Isso não sou eu que estou falando, são professores da USP, da GV que estão dando, eu lhe mando sempre no seu e-mail, temos até um QR Code. Então, acho que isso é muito benéfico, porque ameniza a política do Clube. Quando você delega para algumas pessoas e essas pessoas vão ter o compromisso de fazer aquilo que o Conselho quer ou que um Conselho de Administração exige a política dá uma refreada.

Presidente – É como falei para o Dr. Miller, nós temos de alterar os nossos regramentos, precisamos buscar, precisamos fazer uma reforma e vamos levar.

Cândido Padin Neto – A gente vai ter de estudar, trabalhar para um consenso dessa profissionalização que a gente tem de levar para o Clube. ... Então, gostaria aqui de lhe dar novamente os parabéns, Dr. Manssur, tudo de bom, saúde.

Presidente – Muito obrigado pelas palavras.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Informou o número de Conselheiros que compareceram à reunião e deu por encerrados os trabalhos a 01:02 minutos do dia 26/04/2022.

* * *

Obs: esta Ata foi integralmente aprovada na 733ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 24 de maio de 2022.

JOSÉ MANSSUR
Presidente do Conselho Deliberativo

RICARDO LUIZ IASI MOURA
Primeiro Secretário do Conselho Deliberativo